



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 061

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 061

59ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Pastor Edson Praczyk 16

Dep. Felipe Lucas 17

Dep. Wilson Quinteiro 17

Dep. Douglas Fabrício 19

Dep. Elton Welter 19

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 21

Dep. Luiz Claudio Romanelli 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 20

Liderança do PMDB

Dep. Rafael Greca 26

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 28

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 30

Liderança do Governo

Dep. Caíto Quintana 31

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão/Votação

3ª Discussão 34

2ª Discussão 37

1ª Discussão 37

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 38

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extratos 38

Atas de Comissão

Orçamento 39

DIÁRIO Nº 061

59ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE JUNHO DE 2010**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana,

Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo e Osmar Bertoldi (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 088/10 do Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 197/10, de autoria do Deputado Durval Amaral, por considerar as partes vetadas inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 08/06/10.

Senhor Presidente:

O Bloco Parlamentar constituído pelos Partidos PSB, PRB e PV, representado por seu líder, Deputado Reni Pereira, com fundamento no Regime Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e no uso de suas atribuições legais, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor, para, ao final, requerer:

Sr. Presidente, em razão da posição do bloco supracitado exposta ontem, dia 07/06/10, pelo Deputado signatário, quanto ao cargo da 5ª Secretária da Comissão Executiva ocupada pelo Deputado Pastor Edson Praczyk,

que, conforme pronunciamento doi colocada à disposição cumpre esclarecer o seguinte:

1) Nosso Bloco Parlamentar constituído pelos partidos PSB, PRB e PV, com representação na Assembleia Legislativa coloca à disposição o cargo ocupado - 5ª Secretaria - pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - PRB, integrante do mesmo e que na forma regimental foi eleito na composição única e não individualmente para o cargo que ocupa.

2) Os Deputados Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira e Wilson Quinteiro são absolutamente favoráveis à transparência de todos atos praticados pela Assembleia Legislativa, inclusive, por meio de Deputado integrante, já se manifestou no sentido de abrir a Observatória Social, da Sociedade Civil, todas as contas e atos para efetivo cumprimento do princípio constitucional da publicidade previsto na Constituição Federal.

3) Os Deputados integrantes do bloco defendem a publicidade dos atos deste Poder Legislativo, bem como, todos os procedimentos cabíveis para o fim de aclarar todos os questionamentos levantados pelo Ministério Público.

4) Defendemos que a direção dessa Casa de Leis possibilite de forma ampla e irrestrita o acesso de todos documentos solicitados pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, a fim de possibilitar o melhor esclarecimento dos fatos noticiados.

Posto isto, são essas considerações dentro do princípio do equilíbrio e da responsabilidade que adotamos em benefício do Paraná.

(a) RENI PEREIRA

Indicações

INDICAÇÃO Nº 111/10

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que adote providências para a revitalização do Parque Municipal Robson Daciuk Paitach localizado no Colégio Estadual Unidade Polo de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para solicitar e exposto no Ofício nº 1118/10 do Poder Legislativo de Campo Mourão que atende ao Requerimento nº 800/10 do Vereador Jose Pochapski e aprovado por unanimidade pelo Plenário.

Considerando:

1) A necessidade de revitalização do Parque Municipal Robson Daciuk Paitach localizado no Colégio Estadual Unidade Polo de Campo Mourão;

2) Que o parque possui área de 2 mil 650 m2 e tem a finalidade de resguardar as características da natureza na região, proteção integral da flora e com objetivos edu-

cacionais, científicos e recreativos, além do bem-estar público.

3) Que no referido local existem espécies nativas de barbatimão que é considerada a árvore símbolo de Campo Mourão e estão protegidas por legislação específica;

4) Que as providências ao acima exposto já foram solicitadas através do Processo nº 08.840.652-4.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Agilizar a tramitação do Processo nº 08.840.652-4 e providenciar a execução das melhorias solicitadas para a revitalização do Parque Municipal Robson Daciuk Paitach localizado no Colégio Estadual Unidade Polo de Campo Mourão.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade estudantil local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 112/10

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado da Segurança Pública a doação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Mandirituba.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim que seja proposta ao Exmo. Sr. Aramis Linhares Serpa, Secretário de Estado da Segurança Pública, a doação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Mandirituba.

Requer, outrossim, seja dada ciência a Vereadora Marília Segala Lourenço, Câmara Municipal de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Vereadora Marília Segala Lourenço, esteve em meu gabinete parlamentar e ressalva a necessidade urgente na liberação de uma viatura policial para o Município, tendo em vista o crescente número da criminalidade em toda a Região Metropolitana de Curitiba, que também tem assolado o referido Município.

INDICAÇÃO Nº 113/10

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Saúde a construção de um hospital regional na Cidade de Umuarama.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim que seja proposta ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Governador do

Estado do Paraná e Sr. Carlos Augusto Moreira Junior, Secretário de Estado da Saúde, a construção de um hospital regional na Cidade de Umuarama.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Moacir Silva, Prefeito Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Umuarama é polo de toda a Região Noroeste e carece com muita urgência de um hospital para o atendimento de toda a população.

Atualmente as pessoas que necessitam de atendimento precisam procurar outras Cidades como Maringá, Cascavel, Londrina ou ate mesmo a Capital do Estado.

A construção de um hospital em Umuarama iria inclusive desafogar os hospitais de outras Cidades e traria uma economia para as Prefeituras que arcam com despesas de deslocamento e hospedagem de pessoas que precisam de tratamento de saúde.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Audiência Pública a ser realizada no dia 13/07/10, no plenarinho desta augusta Casa de Leis, no horário das 10h às 12h30, no sentido de promover debates sobre a substituição tributária dos produtos farmacêuticos (elencados na alínea g, inciso II, do artigo 14 da Lei nº 11580 de 29/12/09) no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Iensen, pelo falecimento do Sr. Vanderley Falavinha Iensen, ocorrido no dia 02 de junho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Iensen.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família do Engenheiro Cartógrafo Wallace de Senna Pereira, pelo seu

falecimento ocorrido na data de ontem 06 de junho de 2010, em Curitiba.

Do aprovado requer ainda, que do presente seja enviada cópia aos familiares, pelo momento de grande tristeza manifestando nossas condolências como forma de solidariedade e de saudade irreparável.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do amigo Engenheiro Cartógrafo Wallace de Senna Pereira, ocorrida no último dia 06 de junho, nesta Capital. Wallace faleceu aos 58 anos, deixa esposa, dois filhos e um neto.

Wallace de Senna Pereira, era funcionário público da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná e foi o ex-Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Piraquara. Pessoa muito querida no Município, Wallace cultivou muitos amigos e deixa o exemplo de amizade a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor de seus familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 1855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo seu falecimento do amigo e companheiro Engenheiro Agrônomo Carlos Scipioni, ocorrido na data de ontem 06/06/10, em Pato Branco.

Do aprovado requer ainda, que do presente seja enviada cópia aos familiares, pelo momento de grande tristeza manifestando nossas condolências, na forma de solidariedade e de saudade irreparável.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Carlos Scipioni, nasceu em Sarandi no Rio Grande do Sul em 09/12/1949. Formou-se Engenheiro Agrônomo pela Universidade de Passo Fundo em 1973 e mudou-se para Pato Branco, Cidade que escolheu para morar, trabalhar e viver com sua família.

O amigo e grande companheiro de jornada, engenheiro agrônomo Carlos Scipioni era funcionário público da Secretaria de Estado da Agricultura - Regional de Pato Branco, prestou serviços na empresa Dow Química e também foi sócio-proprietário da Empresa Agrosol Ltda.

Por seu trabalho competente e representatividade sempre atuante o amigo Carlos Scipioni teve um histórico de vida comprometido com a sociedade e a categoria profissional.

Atualmente era Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pato Branco - AEA/PR, associação que com muito orgulho foi sócio-fundador e profissional atuante, membro da Diretoria Estadual de Engenheiros Agrônomos do Paraná; Conselheiro Titular e membro da atual Diretoria do CREA/PR, Diretor do Sindicato dos Engenheiros - SENGE Regional Pato Branco; membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Pato Branco-PR).

Outras competências em sua carreira: foi Secretário Municipal de Planejamento de Pato Branco gestão 2000-2004; suplente de Vereador; tesoureiro do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista (PDT); fundador da Casa Assistencial Chico Xavier; organizador e incentivador e vários eventos tecnológicos, como o AGROSHOW; batalhador incansável pela estruturação do curso de Agronomia da UTFPR em Pato Branco; mestre instalado da Grande Loja Maçônica do Paraná.

Sem dúvida o querido amigo nos deixou cedo demais, mas, certamente, cumpriu com minha dignidade sua missão na terra e também preparou-se espiritualmente e com muita generosidade sua recompensa eterna.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos os que tiveram a felicidade de conhecê-lo a lembrança e o carinho de pai e esposo exemplar em sua família e comunidade e nesta hora deixa a todos os familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparável.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, em especial da esposa Sra. Alda Calegari Scipioni e filhos Juliano, Marcelo e Gustavo externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de Hidemi Hara pelo seu falecimento, aos 64 anos, em Curitiba. Comerciante, conhecido proprietário do restaurante do Clube Nikkei, casado, deixa casal de filhos - Sérgio e Daniela - dois netos e a esposa, Wanda Takako Hara.

Esta Casa reverencia a memória de Hidemi Hara, cuja vida de realizações como comerciante e servidor do Clube Nikkei deixa um legado exemplar de serviço, dedicação e doação ao próximo. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Hara na pessoa de Wanda Takako Hara.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do ex-Prefeito de Pitanga Alexandre Carlos (Tico), em razão do falecimento de sua irmã Luiza Maria Nunes Ferreira.

Luiza era filha de Alexandre Buchmann e Anícia Moreira Buchmann, foi casada com Reinhold Nunes Ferreira (*in memoriam*) e deixa dois filhos.

Esta Assembleia lamenta a perda e pede a Deus que console essa família no momento de profundo dor.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do ex-Deputado Vanderley Iensen falecimento em Curitiba.

Formado em Administração de Empresas, Iensen ocupava a Presidência da CELEPAR desde dezembro de 2008. Foi Deputado Estadual entre 2003 e 2007 e assessor especial do Governador Roberto Requião (2004-2008). Na Assembleia Legislativa, Iensen foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Companhia Paranaense de energia (COPEL) entre 1995 e 2002, que investigou irregularidades na administração da estatal.

Iensen era casado e tinha duas filhas. Ele era filho do Pastor Mateus Iensen e de Mercedes Falavinha.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da Irmã Maria, falecida em Maringá, em 05/06/10.

Irmã Maria Adelheid, que por décadas foi coordenadora da casa do 1º Bispo e Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, morreu na tarde de quinta-feira em decorrência de problemas cardíacos.

Ela nasceu em 10/09/24 e pertencia à Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria.

Alema, veio para Maringá em 1956 e desde 1973 trabalhava na casa de Dom Jaime. Entre diversos trabalhos pastorais de Irmã Maria, um dos fatos marcantes é que ela foi a primeira catequista da Paróquia Santo Antônio de Pádua, que em 2010 completa 50 anos de criação.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do escritor e empresário Emílio Germani, falecido em Maringá, em 02/06/10.

Germani, um dos pioneiros da Cidade, nasceu em Capinzal/SC no dia 22/06/17. Ele foi presidente da Associação Comercial e Industrial (ACIM), ajudou a fundar o Rotary na Cidade.

Era membro da Academia de Letras de Maringá, dono da cadeira número 26, cujo patrono é Machado de Assis.

Era casado com Elza Germani. Ele deixou 11 filhos, 25 netos e 11 bisnetos.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da educadora e fundadora do Colégio Santa Cruz Irmã Pilar Sánchez Fernandez, falecida em Maringá, em 06/06/10.

Irmã Pilar tem 85 anos. Espanhola, chegou em Maringá em 18/07/52, onde fundou a escola paroquial que depois se transformou no Colégio Santa Cruz.

Além de ter marcado a história da Cidade e da Igreja Católica em Maringá, Irmã Pilar tem significado fundamental para a Igreja no Brasil. Foi ela que fundou a Congregação Carmelitas da Caridade de Vedruna no território brasileiro.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1847

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário dessa Casa Legislativa para que aprove o envio de efusivas congratulações ao Sr. Luiz Bonatto, ex-Prefeito da Cidade de Medianeira, pela passagem do seu 90º aniversário que ocorreu no último dia 05 de junho.

Caso aprovada a presente proposição, pede-se que dela seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A história de um homem como Luiz Bonatto nem o tempo poderá apagar. Hoje, aos 90 anos de idade e com a lucidez de um jovem empreendedor, Bonatto acumula

sabedoria, experiência, admiração por parte da sua comunidade e uma invejável coleção de feitos em favor de sua gente. Como Vereador, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito e Diretor da Cooperativa COTREFAL, Luiz Bonatto foi sempre exemplo de retidão, desprendimento e dedicação às causas públicas.

Prefeito nomeado pelo decreto nº 1264, de 16/02/70, empossado em 19/02/70, permaneceu no comanda da administração municipal de Medianeira até 13/05/82. Como marca maior de sua gestão, além de investimentos na infraestrutura urbana, destaca-se a construção a implantação de escolas na Cidade e no interior.

Mais do que isso, o grande legado de Luiz Bonatto é a sua integridade, o seu caráter, a sua postura de homem sério, austero e ao mesmo tempo terno e gentil, enfim, a sua trajetória sem máculas.

REQUERIMENTO Nº 1850

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações aos agricultores assentados do Assentamento 08 de Junho, pela passagem de seu 13º aniversário, que acontece na data de hoje 08 de junho.

Requer ainda seja determinada a Secretaria da Casa, que uma vez aprovado este requerimento, se dê ciência a Associação 08 de Junho.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Dia 08 de junho de 1997 teve início o Acampamento nas margens de BR-158, em frente ao portão da fazenda Rio do Leão. Foi denominado Acampamento Rio do Leão. Chegaram neste dia 17 famílias com apoio e presença do padre Afonso da Paróquia de Rio Bonito do Iguaçu e membros do MST que ajudaram na construção de barracos. Após foram chegando várias famílias vindas de vários Municípios do Paraná, Santa Catarina e também do Paraguai.

Com apoio da CPT, sindicato dos trabalhadores de Rio Bonito e as Irmãs São José de Rio Bonito foram feitas várias arrecadações de alimentos e roupas os quais foram doadas aos acampados. No dia 25 de junho foi feita a primeira celebração do culto o qual continuou todos os domingos. No dia 25 de julho foi celebrada a primeira missa em frente ao portão da Fazenda Rio do Leão onde foi celebrante o Padre Amarildo.

Já no mês de agosto iniciou o encontro de mulheres, que continua até hoje. Devido à falta de local para reuniões e celebração as Irmãs de Rio Bonito doaram uma lona, para que fosse construído o barracão. No dia 12 de outubro foi realizada a primeira festinha comunitária. Festinha esta de confraternização que acontece sempre no dia das Crianças, Natal, Páscoa, Dia das Mães e Dia dos Pais. No dia 02/11/97 foram feitos os primeiros batizados celebrados pelo Padre Afonso.

No dia 30/01/98 foi feita a ocupação na sede da fazenda por 73 famílias, nesta ocupação estava junto com as famílias o Padre Afonso. Ficamos na fazenda por 04 meses. Neste período no mês de março teve início a catequese e no dia 17 de março iniciou a Pastoral da Criança com 06 líderes e 43 crianças, durante este tempo teve várias celebrações e estudos Bíblicos, no dia de Páscoa foi feita linda celebração com o Padre Afonso e o Frei Ildo do CEBI. Foi um tempo de perseguição. Por parte da polícia e dos pistoleiros da fazenda. Nesta época tivemos a prisão dos companheiros, Vilmar Cassol, Alcebíades Sampaio, Vilson Cassol e Silvestre Drabeski, onde vários companheiros desistiram do Acampamento.

Mas com a força de Deus e baseado no texto “Seja Firme e Corajoso” a luta continuou. Já no dia 08/06/98 após um acordo com o INCRA retornamos para as margens da BR-158, nesta mesma noite pistoleiros da fazenda deram em torno de 200 tiros sobre o acampamento. No dia 11 de outubro o padre Afonso crismou várias pessoas adolescentes e adultas, e no dia 28/11/98. Foi celebrada a primeira Eucaristia pelo Padre Amarildo. Sendo que em três anos o local de celebração já mudou 09 vezes. No mês de novembro de 1999 saiu o decreto de desapropriação e no mês de abril de 2000 saiu a emissão de posse.

No ano de 2000 foi construído o pavilhão comunitário com mão de obra dos próprios assentados, e recursos do assentamento, através de arrecadações.

No dia 07/04/02 foi inaugurado o campo de futebol, e em outubro do mesmo ano teve início ao campeonato de futebol de campo do Assentamento 08 de Junho.

Atualmente residem no assentamento, 74 famílias.

REQUERIMENTO Nº 1858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações a aplausos ao Município de Ivaí, pelo transcurso, no próximo dia 10 de junho de seus 49 anos de emancipação política.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Idir Treviso, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com alegria de toda a população de Ivaí que no próximo dia 10 de junho estará comemorando 49 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 49 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição

toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações à Sra. Dinair Leite, pela posse como governadora da representação distrital no Paraná do Instituto Brasileiro de Culturas Internacionais - INBRASCI. Escritora, poeta e membro fundador da Academia de Letras de Paranaíba, Dinair estará à frente do INBRASCI no Estado do Paraná com o objetivo de integrar culturas de vários Países, congregando pessoas e entidades dedicadas à cultura, empenhar-se no desenvolvimento da cultura brasileira e estrangeira, das letras e artes em geral, sempre com vistas a promover a paz no mundo.

Esta Casa se sente honrada por destacar a posse da Sra. Dinair Leite, e se associa, com júbilo, às merecidas homenagens e ela prestadas por ocasião da implantação do INBRASCI no Paraná.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento à Sra. Dinair Leite.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações ao Sr. Elias Daher.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Elias Daher, próspero empresário e empreendedor, chegando ao Paraná em 1951, em uma época na qual as matas eram virgens e dominavam as terras do norte do Estado do Paraná, mas com a coragem que lhe era peculiar desbravou com arrojo e sabedoria àqueles prados.

Quando se radicou em Londrina, começou suas atividades praticamente do zero, no setor imobiliário e de loteamento.

Formou o Grupo DAHER, em 1976, constituído por construções e empreendimento agropastoril, colaborando sempre com o grande desenvolvimento do Norte do Paraná, com os segmentos:

- * Gleba Modelo (Fazenda Modelo) Ortigueira;
- * Gleba Vista Alegre;
- * Gleba Melhoramentos;
- * Gleba Marilu - e várias outras no Norte do

Paraná.

Empreendeu também loteamentos urbanos em Londrina:

- * Jardim Acapulco;
- * Tarobá;
- * Versalles.

É também grande colaborador em prol das entidades sociais do Município.

Solicito assim o apoio desta singela homenagem aos nobres Pares deste Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações ao Sr. Chepli Tanus Daher Filho.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Chepli Tanus Daher Filho, próspero empresário e empreendedor, chegando ao Paraná em 1951, em uma época na qual as matas eram virgens e dominavam as terras do Norte do Estado do Paraná, mas com a coragem que lhe era peculiar desbravou com arrojo e sabedoria àqueles prados. Quando se radicou em Londrina, começou suas atividades praticamente do zero, no setor imobiliário e de loteamento.

Formou o Grupo DAHER, em 1976, constituído por construções e empreendimento agropastoril, colaborando sempre com o grande desenvolvimento do Norte do Paraná, com os segmentos:

- * Gleba Modelo (Fazenda Modelo) Ortigueira;
- * Gleba Vista Alegre;
- * Gleba Melhoramentos;
- * Gleba Marilu - e várias outras no Norte do

Paraná.

Empreendeu também loteamentos urbanos em Londrina:

- * Jardim Acapulco;
- * Tarobá;
- * Versalles.

É também grande colaborador em prol das entidades sociais do Município.

Solicito assim o apoio desta singela homenagem aos nobres Pares deste Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações Apóstolo Edilson Horácio Pomini.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Apóstolo Edilson Horácio Pomini, é fundador da Igreja Cristã Apostólica Moriá e também da casa da Solidariedade.

A Casa da Solidariedade é um sonho antigo da igreja Moriá. O Apóstolo Edilson Horácio Pomini conta que a ideia inicial deste projeto surgiu na fundação da igreja em 1999. Para ele, a Casa de Solidariedade é uma maneira e oportunidade de exercer a fé na íntegra.

O apóstolo ressalta que a associação é feita pelo

corpo de Cristo, voluntários e profissionais de diversas áreas. Portanto, estão abertos a parcerias. Ele diz que a igreja Moriá tem aprendido a honrar e orar por seus governantes. “Esta parceria também é necessária.”

Para ele, a associação semear de assistência social veio para mostrar as pessoas que ainda existe uma luz no fim no túnel. “Queremos dar para as pessoas uma oportunidade, é um desafio grande de resgatar vidas.”

Questionado acerca da projeção do crescimento de evangélicos para 2020, segundo o site mai.org, a opinião do apóstolo é que a sociedade não só pode ser transformada, como já mudou. Para ele, a visão da igreja primitiva está sendo resgatada. “Nós estamos saindo do armário. O entendimento e o evangelho estão sendo reconhecidos.”

Assistência Social

A Casa da Solidariedade é uma associação benéfica semear de assistência social, que tem objetivo de promover a esperança através da palavra de Deus e oferecer alguns serviços à comunidade carente. Através disso, visa incentivar a prática da cidadania e promoção da autoestima. A meta da associação é oferecer mais de 100 refeições diárias através da alimentação solidária, que funcionará a partir de um cadastramento pessoal.

A casa pretende instalar cursos profissionalizantes e oferecer também o reforço escolar a princípio para o ensino fundamental. Em sua infraestrutura a associação disponibilizará de uma biblioteca, consultório odontológico e médico, assessoria jurídica, bazar beneficente, recepção, cozinha, banheiros, cabeleireiro e refeitório.

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Junior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Sra. Prudência Aust.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Prudência Aust, é viúva, nasceu na Cidade de Castro, tem 83 anos, mãe de seis filhos, tem oito netos.

É professora aposentada do magistério em Curitiba, onde lecionou por mais de 38 anos.

Também por mais de 38 anos dedica-se as causas indigenistas, com zelo e dedicação atua em prol dos índios até hoje, nesse grande período de tempo, conhece todas as tribos do Paraná como ninguém, reconhecida como uma valorosa e incansável guerreira na defesa dos interesses desta classe que vem ao longo dos anos sendo cumprida e delimitada cada vez mais em áreas cada vez menores.

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Equipe de Guilherme e Santiago.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Equipe de Guilherme e Santiago, com mais de 15 anos de formação, o sucesso demonstra a forte união de dois talentos natos, empresariados pelo Sr. Hamilton Régis Policastro e tendo como produtor o Sr. Claudio Marcelo de Moraes que proporcionaram ao grande público, o conhecimento de uma das duplas mais versáteis, que adota um estilo cativante. Com novos e grandes sucessos que eternizam música, tornou-se uma das maiores revelações da música sertaneja. A dupla exerce um grande papel social, fazendo shows para diversas comunidades, levando alegria e entretenimento às populações mais carentes do Paraná, demonstrando terem comprometimento com as causas sociais.

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Secretário de Estado dos Transportes, Mário César Stamm Junior, solicitando que o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná providencie a instalação de um radar ou lombada eletrônica na BR-277 - Km 195 (entrada da comunidade Encruzilhada), região da comunidade Queimados do Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os moradores então apreensivos com os recorrentes acidentes que vêm acontecendo nesse trecho da BR 277, pois no local encontram-se comércios, escolas, posto de saúde, com a circulação de muitas pessoas. E por conta da grande movimentação de veículos nesse trecho onde se localiza a entrada da comunidade Encruzilhada, e onde também vivem pessoas da comunidade de Queimados do Município de Palmeira, é que se faz urgente a instalação de um radar ou de uma lombada eletrônica. O objetivo é garantir mais segurança à população dessas localidades com a redução da velocidade dos carros que passam por essa rodovia.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, em benefício da população de Palmeira.

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Sr. Luiz Rodrigo Larson Cartstens Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, solicitando a criação de uma Companhia de Polícia Militar no Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação faz parte de uma grande população do Sudoeste Paranaense, em virtude de encon-

trar-se em processo de instalação no Município de Francisco Beltrão, uma Unidade de Batalhão da Polícia Militar. O Município de Realeza, comporta a Seção Judiciária das Comarcas de Salto do Lontra e Capitão Leônidas Marques, sendo rota de ligação entre vários Municípios do Sudoeste Paranaense, e também acesso a região Sul do País. Ressaltamos ainda que o Município de Realeza encontra-se em fase de expansão, devido a instalação de um *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Entendemos que a Polícia Militar do Paraná é uma escola de abnegação e de civismo. Eis porque, se outras razões não militassem a favor do Serviço da Polícia Militar, essa seria suficiente para se tentar conseguir para o Município de Realeza, para nela se integrarem de corpo e alma.

Glória, pois seja a nossa Polícia Militar que sempre soube criar uma figura imponente como essa que por si só basta para estereotipar a população sudoestina do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1845

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Paraná, bem como ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a revisão dos salários dos médicos, especialmente clínicos gerais e psiquiatras, das unidades prisionais do Paraná.

Cabe salientar que há falta de médicos nas unidades penitenciárias de Maringá. Na última rebelião registrada na PEM de Maringá, uma das reivindicações era uma solução para a falta de médicos.

A Penitenciária de Maringá ficou vários anos sem médico e a situação só foi resolvida após crime bárbaro registrado, quando o sentenciado conquistou livramento condicional e foi aprovado no exame criminológico a que se submeteu, cuja comissão avaliadora não contava com médico psiquiatra. O egresso da PEM foi acusado da prática de estupro seguido de morte com ocultação de cadáver, contra uma criança.

Desde junho de 2009 o médico clínico geral deixou a Penitenciária de Maringá. São 362 presos da PEM e 900 presos do CDP sem clínico geral.

A ausência de clínico geral importa no constante deslocamento de presos à rede pública de saúde, com escolta armada, expondo a população a riscos desnecessários. O custo dessa estrutura, sem dúvida, é maior e a revisão de salários representaria maior economia para os cofres públicos e maior segurança para a população.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente:

1. Quanto as normas editadas pela direção da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

a. Pesquisando no sítio eletrônico da ALEP verifica-se que atualmente encontra-se disponível apenas o

Diário Oficial Eletrônico do dia 31/05/10, quando foi publicada a relação dos servidores da Casa. Por que apenas esta edição do Diário Eletrônico foi publicado até o momento?

b. Quais são as normas que fixam o limite de gastos com pessoal por gabinete parlamentar e de bancada (lideranças)? Em qual Diário foi publicado e por que não está no portal no Portal de Transparência?

c. Qual a norma que fixa o limite do valor da verba de ressarcimento de despesas dos gabinetes de liderança de bancadas? Há diferenças entre os valores dependendo do tamanho da bancada ou o valor é uniforme?

d. Há norma específica para a prestação de contas da verba de ressarcimento dos gabinetes de lideranças ou ela também é regida pela Resolução nº 003/04? Por que os gabinetes de lideranças de bancadas não podem utilizar a sua verba de ressarcimento para contratação de serviços de profissionais autônomos da mesma forma como podem os gabinetes parlamentares?

2. Quanto à remuneração dos servidores comissionados:

a. Com base em qual dispositivo legal foi possível interpretar-se pela possibilidade de se conceder gratificações em valores superiores ao do vencimento dos servidores comissionados, pois a composição da remuneração dos assessores em muitos casos é de 30% de vencimentos e 70% de acessório (gratificações acumuladas)?

b. Qual o dispositivo legal que regula a composição da “gratificação de encargos especiais”?

c. Por que a Lei nº 16390/10 dispõe que não incidirão encargos previdenciários sobre as gratificações, porém houve o desconto de contribuição previdenciário sobre estas parcelas, até o limite máximo fixado pela legislação previdenciária?

d. Por que a concessão de vantagens, como gratificações, para os servidores comissionados também não atende o princípio constitucional da publicidade, vez que o Ato de Nomeação dos Servidores de Provimento por Comissão apenas divulga a simbologia de enquadramento do assessor e não as vantagens adicionais do cargo?

3. Quanto à remuneração dos servidores do Quadro Efetivo da Casa:

a. Em qual dispositivo da Lei nº 16390/10 se baseia a Resolução nº 09/10 que trata da concessão de Gratificação de Apoio aos servidores do Quadro Efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná?

b. Por que a concessão das vantagens (Gratificação de Apoio) previstas na Resolução nº 09/10 não atende o princípio da publicidade, com a devida publicação do ato de concessão da vantagem?

4. Quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

a. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná está recolhendo mensalmente à Receita Federal do Brasil as contribuições previdenciárias descontadas dos seus ser-

vidores, bem como da parcela patronal? Há atrasos? Se positivo, qual o passivo para com a Previdência Social?

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Enio Verri.

JUSTIFICATIVA:

Em continuidade aos trabalhos de propor modificações nas normas e nos procedimentos administrativos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de observar-se fielmente os princípios constitucionais da Administração Pública, em consonância a ampla transparência reclamada pela população paranaense e que a atual direção da Casa diz se propor, há muitas dúvidas ainda sobre a efetiva interpretação da Lei nº 16390/10 e outras normas regulamentadoras aprovadas pela Casa, representadas pelas indagações do presente requerimento de pedido de informações.

Ao mesmo tempo em que os questionamentos ora apresentados inserem por si só sugestões ainda não implementadas pela atual Comissão Executiva, desde já a bancada do Partido dos Trabalhadores conclama a participação dos demais Pares desta Casa a fim de contribuir na elaboração de novas alterações nas normas que regulam os gastos com pessoal, tendo em vista que a mesma ainda é deficiente para a efetiva transparência e observância de regras de administração de pessoal, que esta Casa de Leis deve dar exemplo.

As informações ora solicitadas são necessárias a fim de se esclarecer o *modus operandi* atualmente em execução, bem como para propor mudanças na legislação específica com a devida propriedade.

REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subcreve, REQUER, respeitosamente, ao Exmo. Sr. Governador Orlando Pessuti, pela segunda vez, que manifeste, publicamente, a posição do Governo do Estado do Paraná sobre a prisão e subsequente “linchamento moral” e “exposição pública” do Padre Sílvio Andrei, famoso Sacerdote, pastor do rebanho católico paranaense e paulistano.

Justifica-se o presente expediente em razão da carta da S. Ema. o Cardeal Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo que se indignou diante da forma com que o Padre foi tratado pela polícia e o fato foi explorado pela imprensa.

É aviltante a forma desonrosa e vexatória a que o Padre Andrei foi exposto, teve seus direitos fundamentais violados durante a abordagem policial, foi mal-falado pela imprensa e toda a situação fática foi distorcida. É um absurdo tolerar esse julgamento sumário ao qual o Padre foi submetido. Ainda mais por autoridades públicas, que deveriam respeitar, exemplarmente os direitos humanos, faço das minhas palavras as palavras do escrito Gabriel Garcia Marques que afirmou certa ocasião que: *Um*

homem só tem o direito de olhar outro de cima para baixo se for para ajudá-lo.

Governador Orlando Pessuti, entendo que o Estado do Paraná não pode permitir tamanha injustiça e ser complacente diante da violação de direitos fundamentais de qualquer cidadão, especialmente do Padre Andrei, sacerdote extremamente dedicado e reconhecido da Igreja Católica.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) RAFAEL GRECA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 255/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na Cidade de Umuarama-PR, à Rua Nova Esperança nº 01, bairro Roberto Silveira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Pequeno Príncipe é uma entidade social sem fins lucrativos em funcionamento desde 18/01/98, tendo por objetivo promover o desenvolvimento e o bemestar das crianças, em observância aos princípios constitucionais e as leis vigentes, regida por estatuto próprio devidamente aprovado em Assembleia.

PROJETO DE LEI Nº 256/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 16332, de 18/12/09, com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado na implantação do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais e/ou outras Obras Municipais, não podendo haver modificação na finalidade, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem objetivo única e exclusivamente corrigir “vício decorrente de erro material” por ter constado no artigo 2º de lei em comento, no que pertine a finalidade vinculada à doação, como “...para implantação de Barracão Industrial”, quando em verdade deveria ter contado “...para construção do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais e/ou Barracão Industrial.”

Justifica-se o pedido o princípio da destinação de bem público atende aos requisitos da cláusula de inalienabilidade por força do artigo 10 parágrafo único da Constituição do Paraná. A Constituição Estadual determina especificamente em seu artigo 10, parágrafo único, *literis*:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo ou para fins de assentamento de caráter social.

Considerando que a proposição não influirá e nem comprometerá as vedações de cessões de bens públicos em anos eleitorais, em face da finalidade do presente projeto de lei, posto que apenas corrige “erro material” de texto, é possível a iniciativa de lei do Parlamentar desta Casa para contribuir no alcance de destinação para o qual o referido imóvel doado.

Neste sentido pede o apoio dos nobres Pares para viabilização do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 257/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Tarifa Reduzida no transporte coletivo metropolitano das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O programa referido no *caput* será regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O programa de que trata o *caput* do artigo antecedente será efetivado mediante a adoção de medidas para o atendimento das seguintes finalidades:

I - Reduzir a tarifa do transporte coletivo metropolitana, não excedendo a 50% (cinquenta por cento) do seu valor integral, aos estudantes:

- a) do ensino fundamental, médio e superior;
- b) inscrito em cursos preparatórios do vestibular, para ingresso no ensino superior;

c) inscrito em cursos presenciais de educação de jovens e adultos;

d) inscritos em cursos técnicos e profissionalizantes, de capacitação, qualificação ou aprimoramento profissional, legalmente reconhecidos ou promovidos por organizações conveniadas com o Poder Municipal, Metropolitano, Estadual e Federal.

Art. 3º Apenas estudantes vinculadas a instituições devidamente credenciadas e autorizadas pelo órgão federal e estadual competente, terão acesso aos benefícios oriundos do programa.

Art. 4º As despesas decorrentes da regulamentação e implantação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário na forma do artigo 24 da Constituição Estadual do Paraná.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo a sua regulamentação no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A crescente expansão econômica das Regiões Metropolitanas tem levado a uma maior necessidade de qualificação dos trabalhadores, tanto na escolarização regular fundamental, secundária e superior, quanto na formação técnica e profissionalizante. Essa realidade tem expandido o acesso à educação nos níveis médios, superior e técnico-profissionalizante especialmente à população de baixa renda que vive nas Cidades metropolitanas e se desloca para as Cidades polo ou para outra Cidade da Região Metropolitana, onde estão localizadas as escolas, faculdades, universidades e cursos técnico-profissionalizantes.

Essa realidade, a inexistência da legislação estadual que permita aos Governos Estadual e dos Municípios Metropolitanos que instituem programas conjuntos que atendam essa demanda, e a constante procura de estudantes da Região Metropolitana que enfrentam dificuldades para continuar seus estudos por falta de subvenção para o deslocamento até o local de estudo, motivaram a elaboração deste projeto de lei.

Além disso, cabe destacar que a Constituição Federal no artigo 23, inciso V prevê ser de *competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionarem os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência*.

Na Constituição Estadual do Paraná, nos artigos 177 e 178, inciso I prevê que: *a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*. Ainda destaca que o *“ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condição para acesso*

e permanência a escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação.

O artigo 24 da Constituição do Estado estabelece que: *a organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito das Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, serão destinados recursos financeiros do Estado e dos Municípios integrantes, previstos no respectivos orçamentos anuais.*

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 258/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia do Cerco da Lapa, a ser comemorado, anualmente, no dia 09 de fevereiro.

Art. 2º Neste dia será destacada e divulgada a importância do episódio do Cerco da Lapa, na Revolução Federalista de 1984, para a História do Paraná e para a consolidação da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Será incentivada a abordagem do Cerco da Lapa nas grades curriculares de escolas e universidades e serão desenvolvidas ações visando promover a divulgação, zelo e a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural material e imaterial da Cidade da Lapa.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Lapa, fundada por volta de 1731, é uma das mais importantes Cidades históricas e turísticas do Estado do Paraná, conhecida pela Gruta do Monge e pelos monumentos e documentos históricos do Cerco da Lapa.

O Cerco da Lapa refere-se aos 26 dias, de 17 de janeiro a 09 de fevereiro, em que o batalhão chefiado pelo General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, formado por 639 homens das forças republicanas (pica-paus), com o apoio da população, enfrentou e resistiu bravamente às forças revolucionárias formadas por cerca de 3 mil combatentes (maragatos), membros do Exército Libertador, comandados por Gumerindo Saraiva, na Revolução Federalista de 1984.

A Revolução Federalista teve início no Rio Grande do Sul e se alastrou pelos três Estados do Sul, chegando até o Rio de Janeiro, com objetivo de depor o Marechal Floriano Peixoto. Em sua ofensiva, os rebeldes tomaram as Cidades de Tijucas, Paranaguá e Curitiba, sendo a Lapa o último obstáculo de resistência para as forças contrárias à República.

A Cidade da Lapa comemora todo ano o Cerco da Lapa no dia 09 de fevereiro, data do final do conflito e da morte do General Antônio Ernesto Gomes Carneiro - com evento cívico militar realizado no Panteon dos Heroes que objetiva relembrar a homenagear os participantes do episódio ocorrido em 1894.

O Cerco da Lapa, uma das mais importantes páginas da História da República Brasileira e do Estado do Paraná, vem recebendo pouco destaque e divulgação fora da Cidade da Lapa e entre as novas gerações, o que justifica seu reconhecimento pelo Estado do Paraná por meio da instituição de Data Comemorativa Estadual, como forma de contribuir e incentivar com sua abordagem nas grades curriculares de escolas e universidades, nos meios de comunicação e na promoção do turismo histórico e cultural na Cidade, onde os visitantes têm acesso a memórias, documentos e monumentos históricos que permitem vivenciar o passado e contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica, da identidade e da cidadania republicana e paranaense.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 259/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Escolinha de Futebol Futuro do Amanhã - EFFA, com sede e foro no Município de Mariluz, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escolinha de Futebol Futuro do Amanhã, é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, assistencial, com os principais objetivos descritos:

a) Melhorar a qualidade de vida e da educação das crianças e adolescentes entre 07 e 17 anos, regularmente matriculados;

b) Contribuir para a melhor solução de problemas e carências enfrentados por essas crianças no ambiente familiar;

c) Promover ações na área social cultural, esportiva e educacional, realizando eventos, cursos, debates, campeonatos e outras atividades ligadas a sua finalidade.

PROJETO DE LEI Nº 260/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único da Lei nº

11027, de 29/12/94, que foi alterada pelas Lei nºs 11096, de 16/05/95; 12125, de 22/04/98 e 13512, de 21/01/02, incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º...

Parágrafo Único. A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros Município criados em áreas territoriais deles desmembradas”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estas inserções se fazem necessárias haja vista o grande número de mão-de-obra que estes Municípios alocam em Curitiba, visando proporcionar justa integração destes trabalhadores à Capital do Paraná, esta medida trará uma melhoria na qualidade de vida, não somente destes trabalhadores, mas como dos Municípios de Piên e Campo do Tenente.

Esta proposta visa alavancar as condições de crescimento para estes Municípios e toda a região, e colocar os benefícios disponibilizados pelo Poder Público ao dispor dos cidadãos que lutam pelo crescimento de seus Municípios, e concomitantemente beneficiam Curitiba com o suado labor do dia a dia prestado em empresas da nossa Capital e, para que, efetivamente alcancem a maior parte da população da Região Metropolitana.

Isto posto, solicito o pleno apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, pela relevante importância socioeconômica da matéria aqui elencada.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãos do Paraná, que honram esta Casa, acompanhando os trabalhos através da TV ou da internet; temos alguns e-mails que os paranaenses nos encaminham. E é nosso dever trazer o e-mail para conhecimento do povo,

das autoridades, eventualmente até alguns comentários sobre os e-mails.

O Sr. Álvaro Cavalari levanta uma questão. Ele é um cidadão de Londrina. Sua filha, Yasmin Andressa Cavalari tem um grande sonho: ser Oficial da Polícia Militar do Paraná. Tem aqui um amplo material que o Sr. Álvaro Cavalari me encaminhou, ele está indignado como pai, porque sua filha teve este sonho, impedido de se concretizar, de se tornar uma Oficial da Polícia Militar porque o ex-Governador baixou uma medida que fere a Constituição, fere a dignidade dos cidadãos, privilegiando alunos do Colégio Militar, para que eles tivessem já garantido um determinado número de vagas, como Oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Este é um privilégio que a Constituição condena, que o aspecto moral condena. Não podemos concordar, de maneira nenhuma, que perder um concurso para ingresso como Oficial da Polícia Militar e que um grupo seleto de alunos do Colégio Militar seja premiado com uma vaga, em detrimento, em prejuízo dos demais candidatos.

Então, Sr. Álvaro Cavalari, como pai desta aluna, tem um amplo trabalho que ele fez, mandou até para o Ministério Público, para a imprensa, a Folha de Londrina publicou, a indignação de um pai, o Sr. Álvaro Cavalari, ao ver que sua filha não vai poder tornar realidade o sonho de ser Oficial da Polícia Militar, porque o Roberto Requião, com um decreto ilegal, ferindo a Constituição, deu privilégio para determinados candidatos.

Temos uma notícia que pegamos há pouco na internet: minha Cidade de Londrina e a Cidade de Maringá lideram os casos confirmados de Gripe A. Esta aí um assunto sério, minha Cidade de Londrina, onde já fui Prefeito e Vereador, e a Cidade de Maringá estão liderando os casos de Gripe A no nosso Paraná.

É preciso que as autoridades da área da Saúde Pública tomem alguma medida, e não sei se seria ver quem é que ainda não foi vacinado e levar a vacinação para todos os cantos de Maringá e Londrina, em todos os segmentos da sociedade, porque a Gripe A não dá para brincar, porque ela acaba até sendo fatal e retira a vida de um ser humano.

Recebo um e-mail do Tony Reis lembrando que o Presidente Lula decretou o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Para quem não entende o que é homofobia, é aquele que é contra o gay, contra aquele que fez uma outra opção sexual. O Presidente Lula baixou um decreto de combate, tornando o dia 17 de maio o Dia Nacional de Combate à Homofobia.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

A nossa equipe, a Maria, Genar, Gustavo, Kelly, Allan e a Fernanda me mandaram um e-mail do Marcos Roberto Silveira, que diz: *Deputado Belinati, sou Soldado da Polícia Militar do Paraná e tenho uma sugestão*

para se apressar as promoções na Corporação. Ele diz que já é lei, para os Praças com mais de 15 anos de Polícia, no ótimo comportamento, mas fala: *Como deve saber, o processo está muito lento e estão chamando para o curso os PMs com mais de 15 anos.* Alô Comandante da Polícia Militar e alô Governador Pessuti! Isso não pode acontecer! Se tem uma lei estabelecendo benefício para os Soldados, para os Praças, para os PMs com mais de 15 anos, por que estão chamando apenas quem completou 23 anos de Polícia Militar para cima? Então, está aqui essa indignação do Marcos Roberto Silveira e a nossa solidariedade.

Hoje, na Cidade de Londrina, um professor, que por sinal é meu sobrinho, filho da minha irmã Sirlene e do meu cunhado Miguel Piccirillo, médico e irmão do Fernando, renomado professor da UNOPAR, uma grande universidade do Paraná, está lançando um livro sobre inclusão social e direitos fundamentais. É um tema que está na moda, extremamente importante, um livro de alto valor chamado de Inclusão Social e Direitos Fundamentais, de autoria desse guerreiro, desse inteligente professor Miguel Piccirillo. O livro fala sobre o direito à Saúde, sobre o direito à Educação, sobre a obrigação da proteção à pessoa com deficiência, da proteção aos idosos, aos trabalhadores, como cortadores de cana, aos povos indígenas e a outras pessoas dos segmentos sociais que ganham pouco, de baixa renda, os mais pobres.

Então, enalteço aqui parabenizando o Miguel Piccirillo, mostrando, como religioso que é, ele, sua mãe Cirlene, seu pai, Miguel Piccirillo, seu irmão, Fernando, uma família que tem Deus no coração, tem Deus como prioridade na sua vida, e parabéns, porque é um livro que visa sobretudo garantir o atendimento, a atenção, a ajuda, o socorro, a proteção à população de baixa renda e aos pobres do Paraná e do Brasil. Então, é hoje o lançamento desse grande livro Inclusão Social e Direitos Fundamentais. Parabéns, professor Miguel Piccirillo!

A Gazeta do Paraná, do Marcos Formighieri: *Último plano de Lula será o maior do seu Governo.* Lula vai fazer um plano para 116 bilhões. Naturalmente vai deixar a conta para o outro Presidente pagar, seja a Dilma, seja a Marina, seja o Serra. O Jornal do ônibus: *Brasil ganhou de 5x1 da Tanzânia.* O Jornal Indústria e Comércio: *Plano Agrícola.* Uma coisa boa, vai ter mais de 3 bilhões para estimular a sustentabilidade. O Governo está certo, tem que ajudar os agricultores, porque quando a agricultura vai bem, o agricultor, o fazendeiro, o chacreiro, ganhando dinheiro ele movimenta a economia da Cidade, ele ganhando dinheiro na agricultura compra um trator novo, um carro novo, ou às vezes constrói uma casa, ou reforma a sua casa. Quer dizer, vai para a loja comprar roupa, sapato, televisor novo, aparelho de som. Então quando circula dinheiro é bom para o dono da indústria, bom para o dono da loja, bom para o vendedor que vive à base de comissão, porque se ele vender pouco ele vai ganhar pouco, e isso vai provocar queda do padrão de vida dele e de sua família. Então quando circula

dinheiro eu acho que é bom para todo mundo. Que Deus abençoe o nosso querido agricultor.

E já dizia o nosso querido líder Romanelli, é preciso, sim, valorizar o homem que com amor, com suor labuta no dia a dia na terra, às vezes orando, rezando para Deus parar com a chuva; e às vezes ele colhe a produção e nem sempre a produção agrícola tem o preço que seria justo, que seria compatível com o trabalho que dá para uma grande produção agrícola.

O jornal do Paulo Pimentel: *Queda de 33% no preço do tomate puxou a inflação para baixo.* Teve um tempo no Brasil que disseram que o culpado pela inflação era o chuchu, aí o Anibelli disse para mim: “Mas, Belinati, eu não como chuchu”. Não comeu porque não quis, porque estava na feira. E agora, Deputado Anibelli, está aqui a notícia de que o tomate caiu de preço e com isso baixou o preço da cesta básica.

A Folha de Londrina, do José Eduardo de Andrade Vieira: *Agricultores do Paraná criticam o Plano Safra. O Governo Federal prevê a liberação de 100 bilhões para o País. O Paraná deve receber 15 bilhões, valor que atenderia apenas 25% da demanda.* Então, as entidades aqui estão reclamando. Aí também é sacanagem.

Alô, Presidente Lula; alô, Ministro da Agricultura; alô, Ministro da Fazenda, senhores e componentes do Governo em Brasília, eu pensei que iria ter dinheiro para todo agricultor, mas a Folha de Londrina está dizendo aqui que esse montante que vai ser destinado para a agricultura do Paraná, que é o maior celeiro agrícola do Brasil e do mundo, o nosso Paraná, que esse dinheiro vai atender apenas 25% dos agricultores. E os outros 75% vão ficar chupando o dedo? Daí o Governo está errado! Se tem uma determinada quantia, então que dê um pouco menos para cada agricultor, mas todos têm que ter, sim, o socorro financeiro do Governo para não prejudicar a sua produção agrícola.

E para terminar, temos aqui na Folha de São Paulo: *Um terço dos estudantes já se embriagou no Brasil. Dados estão em pesquisas com alunos do ensino médio.* Então, está aqui, 7% dos alunos já chegaram a se embriagar, até sete dias no mês, o que é muito, é lamentável. Porque aquele que bebe acaba se tornando irresponsável, não está a fim de estudar, não está a fim de trabalhar, às vezes perde o emprego, às vezes é um mal chefe de família, é um péssimo pai, às vezes tem esposa que até torce para o marido, quando sai do trabalho, ficar pelos botecos bebendo, porque quando ele coloca o pé dentro de casa parece que vem junto com o capeta para xingar a esposa, xingar os filhos. Estando ele embriagado está a fim só de criar caso. Então, vai na panela ver o que a esposa fez de janta e briga que não é aquilo que queria comer.

Temos pena daquele que é alcoólatra, porque é um sofredor. Essa pessoa deveria se submeter a um tratamento ou participar de grupos visando se libertar dessa maldição que é o álcool, que faz tão mal quanto a cocaína, a heroína, o crack, o ecstasy e tantas outras drogas. Temos que ter respeito por quem é alcoólatra, estender a

nossa mão para tentar tirá-lo da porta do abismo que, volto a repetir, quanta gente já perdeu o emprego e já perdeu até a família por conta do exagero no consumo do álcool.

Para terminar, o jornal O Paraná, do Alfredo Kaefer, está dizendo aqui: *Senado estuda o fim da multa que pune eleitores faltosos*. Acho que está certo. Deixa de ser multado porque não foi votar, às vezes, por má-vontade ou porque não se interessou por candidato nenhum. Na minha opinião, o voto nem deveria ser obrigatório. Nós é que deveríamos conquistar os eleitores e eleitoras e motivá-los para que eles sintam vontade de comparecer às urnas para votar. Quando o eleitor, muitas vezes, está com saúde, morando até perto de um colégio e não comparece para votar é sinal de que nós candidatos não estamos agradando, não temos propósito, não conseguimos atrair, motivar esses eleitores.

Nosso apoio a esse projeto do Senado para acabar com a tal da multa para quem não votou. Que o voto, um dia, deixe de ser obrigatório e que cada candidato procure conquistar o eleitor. Que nós candidatos e candidatas procuremos fazer a nossa parte, com grandes propostas, para atrair e motivar os eleitores para que eles compareçam às urnas depositando o seu abençoado voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Na data de ontem, depois de um reunião longa em meu gabinete com os membros que compõe o Bloco Suprapartidário, o Bloco Independente, Deputado Felipe Lucas, o nosso líder do bloco, Deputado Reni Pereira, ocupou a tribuna desta Casa para anunciar o resultado do nosso diálogo, de nossa discussão, tendo em vista a situação da nossa Deputada Rosane Ferreira no que diz respeito ao seu partido ter se pronunciado concernente a um encaminhamento a esta Casa.

Srs. Deputados, depois de termos exaustivamente analisado e estudado o Regimento desta Casa, concluímos que nem este Parlamentar que vos fala e nem tampouco nenhum membro do Bloco Independente teria legitimidade, teria a prerrogativa de solicitar sequer a renúncia de qualquer membro da Mesa Executiva deste Poder, uma vez que é sem embasamento regimental. Concluímos que o nosso representante, Deputado Reni Pereira, deveria ocupar à tribuna e colocar à disposição aquilo que nós teríamos condições de fazê-lo, que seria o assento da 5ª Secretaria, porque competência para remover, retirar, expulsar ou substituir qualquer membro da Mesa apenas a própria Mesa Executiva tem esse poder,

essa prerrogativa. Foi o que fizemos, Depurado Elton Welter. O Deputado Reni Pereira, fazendo uso da sua prerrogativa como líder do bloco, ocupou à tribuna, embasou-se no Regimento Interno desta Casa, disse que o bloco não poderia pedir o afastamento de quem quer que fosse e muito menos a própria 5ª Secretaria, que lhe é de direito, e cordialmente colocou à disposição, portanto, a 5ª Secretaria para que os nobres Pares, e principalmente a Mesa Executiva tomasse as devidas providências que julgasse necessárias, isso para efeito de qualquer questionamento deste ou daquele Parlamento sendo empecilho em qualquer tipo de investigação, qualquer tipo de informação ou empecilho na investigação do Ministério Público, ou de quem quer que seja.

E, lamentavelmente, alguns blogs de notícias equivocadamente, precipitadamente ou maldosamente, colocaram em letras garrafais que este Parlamentar havia renunciado. Volto a reiterar aquilo que foi afirmado desde o começo: ainda que eu quisesse, eu não posso renunciar, porque foi feita uma eleição com chapa única, onde unanimemente todos os Parlamentares votaram pela composição da Mesa. E uma vez o mecanismo tendo sido por essa forma, não se poderia reverter esse mecanismo, salvo uma nova eleição.

Então, fiz questão de postar na minha página da internet a verdadeira versão do que aconteceu no dia de ontem: o Deputado Reni Pereira, em momento algum, afirmou que eu teria renunciado ou teria essa pretensão, ou que o bloco reconhece as mudanças que começaram, que tiveram início muito antes dessa avalanche de movimento ou coisa parecida. Já afirmei isso, uma, duas, inúmeras vezes que avançamos significativamente. E só não reconhece quem não quer. Aliás, existe uma máxima popular, Deputado Ney Leprevost, que diz que o pior cego é aquele que não quer ver.

Cheguei a esta Casa quando o protocolo ainda era manual, mecânico, e avançamos muito é só olhar ao redor. E o bloco reconhece isso. Por essa razão, temos sim, destacado que somos os primeiros a reconhecer, a valorizar, a importância de todos os avanços, já exaustivamente enumerados desta tribuna, daquela tribuna, pela Oposição, pela Situação, pelo Bloco Independente, que vai desde a extinção de carros oficiais. Quando cheguei a esta Casa, tínhamos um carro oficial, diga-se de passagem, o que onerava terrivelmente este Poder e, consequentemente, os cofres públicos. Esse carro não existe mais, o Parlamentar ele é dono e responsável pelo seu veículo, como bem a mecânica do carro, quando cheguei a esta Casa, era de responsabilidade da Assembleia Legislativa, isso também não existe mais.

Então, tudo isso tem que ser ponderado, e o bloco reconhece que todas as mudanças se deram graças aos esforços conjuntos da Mesa Executiva, embora seja suspeito de falar, embora eu seja 5º Secretário, mas faço parte da Mesa com muito orgulho. Então, graças aos esforços conjuntos de toda a Mesa Executiva, como bem de todo o colegiado dos nobres Pares desta Casa. Por-

tanto, para que não paire dúvidas, eis que não renunciei a absolutamente nada. Porque a mim não me compete essa prerrogativa. O bloco, como sempre, tem posição e deixou-a clara na data de ontem. Reafirmamos isso dessa tribuna. A 5ª Secretaria está à disposição, caso julguem necessária mudá-la, substituí-la por qualquer outro nome. Assim com nós tivemos o privilégio de ocupá-la, ela pode ser sim devido ao entendimento da Mesa Executiva ser substituída. Era o que queríamos deixar claro, mais uma vez, tantas quantas vezes, as pessoas quiserem a versão oficial, principalmente, deste Parlamentar, que acesse a minha página e vejam o que realmente foi dito, por este Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Pastor.

É efetivamente um privilégio tê-lo na nossa Mesa Executiva e uma garantia de que, realmente, as coisas de bom acontecem com sua experiência. Mas o senhor, como bom orador e pregador haverá de lembrar de que os maus destroem-se por si só.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Permita-me destacar, que estamos terminando de redigir o documento, já pré-anunciado pelo nosso líder, Deputado Reni Pereira, oficializado essa conclusão do nosso bloco, que será a *posteriori* encaminhado a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença do ex-Deputado, Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno. Seja bem-vindo a esta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, senhores componentes da mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo à tribuna, aqui, hoje, para falar de algumas coisas e fazer alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, tivemos um período em que o Roberto Requião foi Governador do Estado. Irati teve muitas obras e entre elas destaco o Teatro Denise Stoklos, que está em construção e um espaço muito importante, para a cultura do Estado e deverá ser o maior teatro, perdendo apenas para o Guaíra em tamanho.

Agradecer a entrada do Governador Orlando Pessuti, que tem sido bastante conciliador e nos próximos dias deverá enviar a esta Assembleia, uma reivindicação da região como um todo. Entre São Mateus do Sul, Rebouças e Irati, uma estrada que liga praticamente 120 mil pessoas. Vem-se falando muito tempo dessa estrada. Diversas vezes ocupei esta tribuna, para que pudesse

fazer uma defesa dessa estrada. Mas, agora o projeto está praticamente pronto e falta ver a possibilidade com o Secretário de Estado Maristan, para que ela tenha início. Ao mesmo tempo, Prudentópolis e Jaceaba, que é ocupa praticamente 80 quilômetros de extensão também vem à pauta desta Assembleia, para que seja estadualizada.

No dia 19 de dezembro de 2009 fui usado de certa forma, aqui, quando eu estava ausente. Na época, a minha ausência se deu, porque havia a diplomação do meu filho, que é advogado e se elegeu Vereador em Irati. A Marisa se reelegeu a Vice-Prefeita, com uma votação com o Prefeito Sérgio Stoklos, em torno de 70%. O Juiz, por uma deferência, me convidou para que eu pudesse entregar os diplomas. Agradeço muito ao Juiz da Comarca de Irati. Mas fui atacado por dois ou outros, com referência ao que eu havia comentado sobre o Município de Imbituva. Imbituva, lamentavelmente está administrada de uma forma muito estranha. Até peço que o Procurador Geral do Estado ou do Ministério Público, Dr. Olympio Sotto Maior dê uma olhada como está à questão dos processo do ex-Prefeito Pontarolo. Porque ele tem uma rádio, não sei de onde porque eu como profissional liberal tenho uma grande dificuldade de comprar uma rádio, não é tão fácil. Ele tem uma rádio lá e uma série de outras propriedades.

O Deputado Valdir Rossoni não está aqui presente hoje, gostaria que a gente conversasse porque foi ele aqui no Plenário que disse que eu estava ausente, e que a minha ausência não sabia por qual motivo seria. Justifico a minha ausência e venho aqui para que possamos relatar do começo até a data de hoje como se encontram os processos relativos àquele Município. Ele me dizia que na época, aqui não era uma Câmara de Vereadores, acabei aceitando algumas coisas de certa forma. Mas, o Jocelito que é Deputado Estadual da região também sabe.

Quero agradecer de toda forma aos Deputados que junto comigo propuseram que fizéssemos uma emenda coletiva para essa estrada de São Mateus. Entre eles, os Deputados: Anibelli, Caíto, Nereu Moura, Pedro Ivo, Alexandre Curi e o Deputado Batista. Hoje existe essa emenda coletiva e que se possível nós tenhamos a graça de ter o asfalto nessa região. Portanto, agradeço e gostaria que tivéssemos a oportunidade com o Deputado Valdir Rossoni, para nos esclarecermos porque acho que na minha idade e mesmo na minha profissão, não tenho motivo para que as pessoas venham aqui quando não estou presente e usem de certa forma, para que se denigra a imagem de alguma pessoa.

Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente Nelson Justus, integrantes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Levanto-me hoje para falar de algumas coisas a respeito de interesses da coletividade do Paraná e quero me dirigir, portanto, aos cidadãos que nos acompanham pela TV SINAL, aqueles que comparecem a esta Casa para acompanhar os nossos trabalhos. Muitas questões são tratadas nesta Casa. E são questões relevantes que vão mexendo com o dia a dia de cada cidadão.

Tenho acompanhado uma grande dificuldade no interior do Estado que diz respeito aos Institutos ou IML no Paraná. Sabemos que há uma grande dificuldade hoje nesse trabalho. E uma matéria publicada em um dos jornais aqui do Paraná, me chamou a atenção que diz que cinco meses após o anúncio que o IML do Paraná ainda sob intervenção receberia um investimento na ordem de mais de R\$ 1 milhão, para melhorias consideradas emergenciais, partes dos recursos ainda aguardam aplicação especial no interior do Estado.

Dias atrás fiz uma indicação ao Governo do Estado, até atendendo uma solicitação de Audiência Pública pelo promotor de Justiça de Maringá, que fez uma referência importantíssima do problema em Maringá, fazendo uma sugestão de um convênio com a UEM para que os exames de lesões corporais pudessem, por exemplo, ser realizados lá no Hospital Universitário. E a exemplo disso, sabemos da necessidade também do instituto em outras localidades no interior do Estado. Porém, existe ainda um aguardo, uma espera para que isso se constitua.

Então, me levanto hoje aqui na Assembleia Legislativa, para dizer que a negociação, a oportunidade da cooperação deve ser feita com urgência, porque o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná tem prestado um serviço nesse setor que seria do IML, na busca, por exemplo de corpos de entes queridos, para que façam os procedimentos legais cabíveis, e no entanto estamos sofrendo, tendo prejuízos de toda a comunidade do Paraná.

Também quero destacar ao povo do Paraná uma decisão importantíssima que é relacionada aos tributos cobrados indevidamente na conta de luz, energia elétrica que se refere a cobrança do PIS, PASEP, e COFINS na conta de luz que foi considerada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça.

As pessoas poderão afastar, poderão reclamar o passado e poderão pedir a restituição em dobro o que nos dá a condição de fazer esse levantamento pelas associações de defesa do consumidor de todo o Estado do Paraná.

E é por isso que eu ainda aguardo, com muita expectativa, que o PROCON Estadual esteja em outras localidades do Paraná, que hoje, lamentavelmente, Deputado Jonas Guimarães, só se encontra na Capital do Estado, só temos o PROCON Estadual em Curitiba. Não temos no interior se não os PROCONs Municipais. A sua Cidade, por exemplo, Cianorte e a região, Jussara, Dr. Camargo, e tantos outros, poderão ser beneficiados por essas políticas públicas que irão possibilitar e dar a condição de políticas consumeristas em benefício da população.

E faço ainda, rapidamente, uma referência à questão da Defensoria Pública no Estado do Paraná, que já temos um compromisso para 2011 de regulamentá-la, com investimento na ordem de 25 milhões, que irá beneficiar advogados para a comunidade mais carente do Estado do Paraná.

E para finalizar, quero ressaltar o pronunciamento do Deputado Pastor Edson Praczyk. Hoje, no Paraná, vivemos um momento diferente, um momento em que todos nós, Deputados e cidadãos, estamos querendo transformações e mudanças. Essas transformações estão acontecendo nesta Casa, e é verdade que existem muitos acontecimentos que justificam exatamente todo esse procedimento.

O nosso bloco parlamentar, constituído pelo PSB/PV/PRB, se posiciona de uma maneira equilibrada. Nós colocamos, como disse o Deputado Edson Praczyk, à disposição, o cargo da 5ª Secretaria para esta Casa, dentro de um critério, Sr. Presidente, de equilíbrio. Queremos a transparência, queremos o princípio da publicidade, como está sendo cumprido nesta Casa.

Então, se for da maioria da Mesa a intenção, se for do Ministério Público, por decisão judicial, que está tudo *sub judice*, é claro que será feito.

Agora, é preciso ressaltar que toda essa matéria que diz respeito à Assembleia Legislativa do Paraná está sendo objeto de apreciação pelo Judiciário, e quem dá a última palavra é o Judiciário, e aqui os Deputados estão fazendo, adotando todos os procedimentos que possam justificar a publicidade. Estamos aclarando, com todos os documentos fornecidos, para bem cumprir aquilo que todos nós queremos.

Esse é, sem dúvida, o Paraná que todos queremos, que somos integrantes, que temos um passado ético, com a vontade de contribuir para a edificação de um dos Poderes do Estado.

Agora, é preciso que você, cidadão, que está nos acompanhando, tenha também a percepção que estamos aqui representando um dos Poderes do Estado, e se estamos representando temos que adotar a arte da prudência, que não é esculhambar as coisas, colocar as coisas num ato, muitas vezes, até de euforia. Precisamos adotar princípios e aplicar medidas com absoluto equilíbrio, e é o que tenho visto nesta Casa. Se tivesse um documento sequer sonegado, negado ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, olha tenha certeza. Sr. Presidente, eu seria o primeiro desta Casa a me levantar a apontar para uma mudança.

Mas o que eu tenho visto, a bem da verdade, é que todos os documentos solicitados foram fornecidos, todos os documentos pedidos por todos os órgãos investigadores foram apresentados. Existem decisões judiciais que estão sendo cumpridas, então temos que cumprir um processo de equilíbrio do Poder Legislativo e saber que aqui devemos agir com responsabilidade.

A minha querida Maringá, a nossa região do Estado, tenho certeza que os Deputados da nossa Cidade,

da nossa região, os 54 Deputados do Paraná querem o mesmo: um Paraná com absoluta transparência e é assim que estamos nos comportando.

Obrigado, Sr. Presidente, e contem, paranaenses, com a nossa observação, como já pedimos e estamos adotando o Observatório Social para aclarar tudo, temos certeza que a Assembleia Legislativa, sem dúvida nenhuma, será a cada dia melhor!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos assistem pela TV SINAL nas suas casas.

Estou apresentando hoje aqui uma indicação que, na verdade, é um pedido, um pedido simples que é importante para Campo Mourão e para a região. Propõe à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que adote providências para a revitalização do Parque Municipal Robson Daciuk Paitach, localizado no Colégio Estadual Unidade Polo de Campo Mourão.

Às vezes a pessoa que pode estar me assistindo pode pensar: “Por que o Deputado foi pedir um negócio desses, tão simples?” Pois é, é tão simples, mas ainda não foi feito!

Chega para nós o pedido dos Vereadores de Campo Mourão e também de alunos, pais de alunos do colégio, cujo objetivo é: considerando a necessidade de revitalização do Parque Municipal de Campo Mourão, esse parque possui 2 mil 650 m² e tem a finalidade de resguardar as características da natureza na região. O objetivo também é proteger a flora, com finalidades educacionais, científicas, recreativas e naturalmente o bem-estar público. Nesse colégio tem uma espécie nativa chamada de Barbatimão, que é considerada a árvore símbolo de Campo Mourão e está protegida por uma legislação própria do Município. Nós já pedimos isso há algum tempo atrás, o processo tem o número 08840652-4, por isso estamos pedindo que seja agilizada a tramitação desse processo lá na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que pode parecer, como já disse, uma coisa simples, mas não é, é importante para Campo Mourão, é uma reivindicação que já fizemos e estamos reiterando essa reivindicação deixando claro, mais uma vez, que é um pedido que fazemos independentemente de nossa postura aqui de Deputado de Oposição.

Deputado Cheida, V. Exa. que já foi Secretário do Meio Ambiente, e tenho certeza que quando V. Exa. era Secretário do Meio Ambiente essas indicações que são para melhorar os colégios, como no caso a revitalização do Parque Robson Daciuk Paitach que tem na unidade polo de Campo Mourão e até agora o Governo não tomou providências, isso não acontecia.

Estou colocando aqui o pedido, deixando registrado que isto não está beneficiando o Deputado Douglas Fabrício, está beneficiando os alunos, a comunidade do colégio e principalmente o meio ambiente e a consciência ecológica das pessoas, porque vivemos um momento de muita preocupação com a questão ambiental. E este movimento é novo, se imaginarmos, há 20 anos atrás tinha empresa e até o próprio Governo incentivava o desmatamento para poder plantar mais, para poder aumentar o plantio.

Venho da área rural, do interior, pelo menos era assim, derrubava-se árvores para poder plantar soja, milho, trigo, quer dizer, para aumentar a lavoura. Agora a consciência é ao contrário, é mais para a preservação. É nesse sentido que estamos fazendo esse pedido, para que possamos ter mais preservação.

Tenho também o horário da Liderança do PPS, mas quero deixar para falar depois. E quero conversar muito com o Deputados Scanavaca.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, gostaria de registrar, no dia de hoje, que ontem foi anunciado o Plano Safra para 2010, onde o volume de recursos aumentou próximo a 8% a mais comparado com a safra passada. E o volume de recursos cresceu R\$ 73 bilhões comparado com os últimos sete anos. Foi uma evolução grandiosa do ponto de vista do investimento para a agricultura de pequeno, médio e grande porte, que os juros hoje são da ordem de 6,75% ao ano. E saiu uma linha de crédito especial para o médio produtor, além de toda uma política que já são 16 bilhões para a agricultura familiar e era de R\$ 2,3 bilhões há sete anos atrás.

Então, não falta mais recurso para o setor produtivo. E isso é muito importante. E a linha especial para o médio produtor, que tem renda bruta até 500 mil, atende muitos produtores aqui no Paraná e para um limite de financiamento de custeio de 275 mil para custeio e 200 mil para investimento e também outra medida importante tem 15% a mais para quem faz o plantio direto. Atende muito os produtores do Paraná que já adotam essa tecnologia há muito tempo.

Na manhã de hoje recebemos no gabinete da Liderança do PT a União Municipal de Luta por Moradia Popular de Fazenda Rio Grande.

(Lê):

DENÚNCIA

A União Municipal de Luta por Moradia Popular de Fazenda Rio Grande, através de seu coordenador geral, Orlando Bonette, abaixo qualificado, vem pela presente denunciar ato de violência praticado por pisto-

leiros fortemente armados contra dezenas de famílias acampadas em área localizada na avenida Portugal, no bairro Gralha Azul no Município de Fazenda Rio Grande, que realizavam um acampamento de protesto contra a falta de políticas públicas de habitação popular - mediante a argumentação do Poder Público da não existência de área disponível para projetos de habitação, quando o mesmo se omite diante da construção de um lixão em área irregular, contrariando a legislação municipal, inclusive sob suspeita de fraude processual na liberação de licença ambiental.

Tratava-se de um movimento legítimo, em luta por justiça social que preconiza o direito à moradia como fundamental, elencado no arcabouço dos direitos humanos, ratificado na Constituição Federativa do nosso País através da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, bem como seu artigo 225, que prevê o direito ao meio ambiente saudável para a população brasileira, conforme a seguir descrito:

Emenda Constitucional - Art. 6º São direitos sociais a Educação, a Saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a Segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 064 de 2010) (grifei).

(CF 1988, Artigo 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações). (grifei)

Era para ser uma manifestação pacífica, comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente, a ocupação de uma área verde abandonada na Cidade de Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba) em que movimentos sociais e populares denunciavam a implantação de um lixão na Cidade e reivindicavam área para moradia popular; mas, na madrugada de sábado para domingo, por volta das 2h às 4h da manhã, um grupo de pistoleiros entraram na área do acampamento, atirando, batendo em mulheres (inclusive grávidas e idosas) e incendiando os alojamentos, destruindo equipamentos (cozinha) e danificando alimentos, com diversos feridos graves.

Chamada, a Polícia local esteve presente, mas apenas assistia o massacre sem pedir reforço, alegando que - na Cidade - haveria apenas uma viatura e dois policiais. Com a chegada de uma equipe da Defensoria Social - inclusive um advogado - os tiros cessaram e os pistoleiros se dispersaram no meio do mato. Um grupo de companheiros - como forma de resistência - interditaram uma das principais avenidas da Cidade (avenida Portugal) onde se localizava a área do acampamento, reuniram pneus ateando fogo para chamar a atenção.

Por volta das 10h da manhã um Vereador, que tem um programa numa TV local (Caio), registrou imagens do

resultado da violência para um programa no Canal 23, cuja fita pode ser requisitada. Na área do acampamento foram recolhidas diversas balas (ponto 40, estanho e 38).

Apesar do tumulto causado com o fechamento da avenida com pneus sendo queimados, até, às 13, nem a Polícia e tampouco qualquer autoridade esteve no local. Um detalhe curioso é que na hora do tiroteio praticado pelos pistoleiros, estranhamente, a luz da Cidade foi desligada como que numa ação integrada e coordenada. Para quem não conhece, é difícil imaginar esse cenário num dos Estados mais desenvolvidos do País.

Diante disso reivindicamos:

- imediata instauração de investigação - por parte das Corregedorias das Polícias Militar e Civil - a fim de apurar omissão de socorro, ausência de registro de Boletim de Ocorrência que, se ocorreu, foi elaborado com intuito de minimizar a gravidade do feito em razão do possível envolvimento de policiais civis com uso de carros camuflados (salientamos o caso de veículos Gol, placa AID 5125 de Curitiba);

- investigação quanto às supostas fraudes no processo de liberação de licença ambiental para a instalação do lixão em nossa Cidade, o que motivou a revolta da população que luta por moradia, com fato provocador de conflitos;

- identificação da área onde ocorreu a violência, como área de conflito, tomando-se medidas cabíveis para impedir novas ações de pistolagem, na medida em que a população reivindica a mesma para desapropriação com fins de interesse social.

Respeitosamente,

(a) ORLANDO BONETTE

Sr. Presidente, diante da gravidade, inclusive, trouxeram cartuchos de balas que dispararam contra esses futuros mutuários que são os representantes da luta municipal por moradia da Fazenda Rio Grande, diante da gravidade das denúncias e da omissão de autoridades locais daquele Município, já nós, imediatamente, de pronto, marcamos uma audiência com o Secretário de Segurança, que será às 16h, no dia de hoje.

Espero que pelo menos um representante da bancada do PT possa estar presente e outros Deputados estão convidados para falarmos com o Secretário de Segurança, em função da gravidade deste fato.

Sr. Presidente, esta Casa vive um momento de mudanças, de tensão, a maior crise de todo o momento da sua história.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o horário do PT.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. ELTON WELTER (PT)

A nossa bancada tem trabalhado intensamente para buscar que esta Casa seja, quem sabe, a mais transparente

do Brasil. A grande crítica da sociedade é a falta de transparência. Esta Casa fez várias legislações que já está aperfeiçoando o processo de transparência da Casa. Não vamos nos omitir diante, eventualmente, se alguma legislação ainda não foi suficientemente ajustada para aperfeiçoarmos o processo de transparência desta Casa.

Tenho sido respaldo pelo meu partido e pela minha bancada continuar estando na Mesa, sou o 3º Secretário. Sabemos, Sr. Presidente, o modelo de gestão da Casa que é antigo deveria ter mudado há 20, 30 anos atrás. V. Exa. está pagando pelas mudança que não foram feitas e estamos pagando junto. Preparamos no dia de hoje, novamente, um pedido de informação que ao nosso ver se for facilmente respondido esse pedido de informação, Sr. Presidente, é sinal de que as resoluções que fizemos estão sendo assertivas. Mas se tivermos dificuldade em responder com brevidade estas informações que já estão protocoladas à Mesa é sinal que temos que aperfeiçoar o processo legislativo das resoluções e leis, que balizam o princípio constitucional da transparência.

O pedido de informação está bem formulado. Perguntas simples, objetivas e diretas, que certamente, todos os Pares, desta Casa, se quiserem podem assinar esse requerimento. Na minha visão precisa melhorar as resoluções que dão transparência ao princípio constitucional.

Talvez nós fizemos rápido, aperfeiçoamos, avançamos sim, mas precisamos avançar ainda mais, Sr. Presidente.

Espero, faço inclusive um apelo para o movimento social, que é justo o que está acontecendo hoje, em todos os lugares do Paraná, que façam sugestões, que o momento é muito rico de fazer as alterações e as resoluções necessárias, para que a tenhamos uma Casa bem transparente, como todos os paranaenses querem.

Não acho justo julgar todo esse poder como se fôssemos todos do mesmo time, todos na mesma luta. Este Poder Legislativo, Sr. Presidente, é representado, por representantes de todas as forças políticas. Estou fazendo um esforço grandioso com a minha bancada e com os demais Pares desta Casa, para que as leis, as resoluções, sejam aperfeiçoadas aqui.

O movimento social que apontem as possíveis falhas, que traga inclusive resoluções e medidas, que hoje inclusive, eu vi na Gazeta do Povo, muitas delas, que já estão respondidas, mas precisamos avançar ainda mais, na minha visão.

Portanto, é fundamental que a gente exerça a nossa força e capacidade de articulação para aperfeiçoar a Legislação que garante o princípio Constitucional da transparência, fazendo com que haja igualdade de cada Deputado e cada Deputada.

Aqui já foi falado por alguns Deputados, é só observar o tamanho dos gabinetes que tem aí na Casa, muitas vezes alguns são considerados uma chacinha, enquanto outros têm uma fazenda. Cobrávamos isso de V. Exa. no passado, mas não foi possível mudar.

Na outra Legislatura espero que cada Deputado tenha o mesmo tamanho. Estamos contribuindo e lutando para que haja mudanças de fato. Vejo o esforço de V. Exa., mas não podemos vacilar, brincar e a Justiça precisa julgar àquilo que tem que ser julgado.

Não vamos nossa bancada, pelo menos de minha parte, nos precipitar em pré-julgamentos. Portanto, se puderem resposta com a maior rapidez esse pedido de informação e o outro que já entregamos na semana retrasada.

Na nossa visão, dando respostas claras para a sociedade, entenderemos que as resoluções que precisam ser aperfeiçoadas, vão servir, inclusive, para outros Poderes, que pousam de moralistas e não estão fazendo o dever de casa.

Espero que nós consigamos legislar com a competência devida, com a clareza que a sociedade clama que a gente tenha, para que possa de fato, avançar no processo de transparência não só deste Poder, mas também do Poder Judiciário, que muitas vezes, foi criticado inclusive, na construção de um prédio e vi muito pouco de investigação sobre isso, também do Poder Executivo que muitas vezes nós os omitimos. Também do Tribunal de Contas que muitas vezes suspeitamos da forma como é feita a composição daquele colegiado.

Espero que a OAB e os órgãos da sociedade levanten, sim, para exigir o mesmo rigor que estão exigindo com este Poder, para também com os outros Poderes.

Para isso, a minha bancada está à disposição, vamos batalhar para que o processo legislativo, que exige transparência neste Poder, seja aprofundado de fato.

Portanto, gostaria de pedir o apoio para esse requerimento, para que haja unanimidade para quem quiser assinar, assine também.

Parecem perguntas simples, mas fundamentais, que vão dar respostas para cumprirmos, de fato, o dever constitucional do princípio da transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns, Deputado Elton Welter, V. Exa. contribui muito não só como membro da Mesa Executiva, mas ao apresentar sugestões como essa e outras que V. Exa. já apresentou, o mais rápido possível a Mesa Executiva responderá esses quesitos com a maior brevidade.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Grande Expediente:

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje é o dia de posicionamentos. Estamos vendo movimentos que estão sendo organizados em todas as Cidades do Paraná.

É importante neste dia, não só neste dia, nos manifestarmos com a intenção de não nos escondermos. Eu, nos piores momentos da minha vida pública, nunca me escondi, sempre me apresentei, até para discutir aquilo que falavam de nós.

Hoje é um dia em que vamos discutir as coisas novas que o Paraná quer. Há movimentos em Cidades, aqui em Curitiba, e estou acompanhando pela internet, pelos jornais, pelas rádios, alguns posicionamentos.

É importante fazer uma reflexão hoje, aqui, a respeito do que pensamos sobre o que está acontecendo neste momento aqui na nossa Casa. Já falei isso, volto a dizer, é um posicionamento pessoal, respeito a opinião dos demais colegas, cada um que chega aqui tem uma forma de ser, uma forma de agir, cada um deve ser respeitado. Agora, do meu ponto de vista, nenhum Deputado que passou por esta Casa, que aqui esteve, há 20 anos atrás, e vou lembrar: os mais importantes políticos do Paraná se assentaram nestas cadeiras, passaram por aqui. Nenhum deles e nenhum dos atuais Deputados, inclusive eu, Deputado Jocelito Canto, nenhum de nós pode subir à tribuna, por ir ao jornal, à rádio, e dizer que a única culpada do que aconteceu aqui na Assembleia, ao longo dos anos, é a Mesa Executiva, é a Mesa que dirige os trabalhos. Não. Este é um pensamento meu. Respeito a opinião dos demais.

Nunca vi, Srs. Deputados, me desculpem a franqueza, nenhum Deputado discutir a prestação de contas desta Casa. Nunca, nenhum de nós fiscalizou nossas contas. Já vi, todos já fizemos, cada Deputado já fez críticas, já cobrou o Governo, já vi ação na Justiça para exigir apresentação de documentos do Poder Executivo, mas nunca vi, e estou aqui há três mandatos, nunca vi um único Deputado se levantar quanto à questão da prestação de contas desta Casa.

Então, temos um pouquinho de responsabilidade, sim, também. Não por alguns fatos que desconhecíamos, mas por não termos fiscalizado. Somos agentes fiscalizadores. Fiscalizamos a casa do vizinho, mas não cuidamos da nossa Casa.

Quero deixar meu posicionamento de assumir um pouco dos erros que nesta Casa foram cometidos, ao longo desses três mandatos que estou aqui, porque eu nunca fiscalizei a prestação de contas da Casa. Alguém poderia perguntar: “É só a Assembleia do Paraná?” Não, não é só a Assembleia do Paraná, não. É assim nas Câmaras de Vereadores.

Perguntaria, senhores do Paraná: os Srs. Vereadores de Curitiba, alguma vez, algum Vereador de Curitiba, os mais combativos que tem lá, alguma vez, algum questionou a prestação de contas do Derosso, que está lá há não sei quantos mandatos, um que tenha questionado as contas do Presidente da Câmara Federal? Um? Um que votou contra?

Agora entrei no twitter e estava lendo o Senador Álvaro Dias dizer que fará pronunciamento hoje contra a Assembleia. Escrevi para ele e perguntei: Senador, alguma vez o senhor fiscalizou sua Casa? Alguma vez o senhor fez pedido, quando foi discutir a prestação de contas que passa pelo Plenário, o senhor levantou e perguntou: “Quero ver as contas, vou votar contra”?

Um Senador, um Deputado Federal. Quero fazer questão, se existir um neste País, que me mande um e-mail para eu ler aqui, porque quero fazer questão de ler e dizer: tem um do Paraná que se levantou em Brasília e disse que não concordava com as contas. E aí vão aparecer aqueles caras que vão dizer: “Não, mas eu falei”. Quando tem aquele esquema de corrupção, ele diz: “Eu falei e dei entrevista”. Mas deu quando arrebentou o escândalo, porque antes de arrebentar o escândalo ninguém deu uma palavra.

Então, Sr. Presidente, como também acho que estamos buscando a história desta Assembleia, dizer que ela não teve só um Presidente, não. Não estou aqui defendendo o Presidente Nelson Justus e nem preciso, mas é só o Nelson Justus o culpado? Só ele que foi Presidente desta Casa até hoje? Estou vendo aí notícias de que tem coisas do ano de 1 mil e 900 e lá atrás! E quem era o Presidente lá atrás? Não se fala disso, mas se fala hoje na atual Mesa, só na atual Mesa. E alguém perguntaria: “Mas aí, o que vai acontecer?” Nós temos o Ministério Público, que entrou aqui, levou o que quis, levou os documentos que pretendia, propôs uma ação e tem o Poder Judiciário que vai julgar a ação. Compete agora ao Poder Judiciário definir. E nós não podemos nem nos posicionar!

Por exemplo, é bonito dizer: eu quero que saia o Nelson Justus. Para quê? Se até agora nunca pedi isso, vou pedir agora? Vou pegar, levantar e dizer: agora, para aparecer o meu nome na Gazeta do Povo, vou dizer para o Presidente cair fora. Não vou fazer isso, porque estou aqui há tanto tempo e nunca fiz isso.

E deixaria um desafio aqui - não desrespeitando ninguém - para que levante um dos Deputados que passou por esta Casa ou dos que estão aqui hoje, e diga: “Eu fiscalizei as contas e votei contra as contas da Assembleia”. Isso porque todo ano votamos as nossas contas aqui da Assembleia. Todos votaram, inclusive alguns Deputados que querem que o Presidente saia. Votaram a favor!

Então, é um dia de protesto? Sim, é um dia de protesto. E é dia de se esconder? Não é dia de se esconder. Não vou me esconder de nada.

Agora, senhores, OAB, façam tudo o que tiverem que fazer, levantem e façam tudo o que vocês querem fazer, mas o Paraná já viveu grandes escândalos que não chegam nem perto do que aconteceu aqui e nunca vi ninguém se levantar. Nunca vi!

Tivemos, por exemplo, um escândalo que este Paraná viveu, da morte das crianças. As crianças morriam neste Paraná, lá no interior, nas pequenas Cidades, por-

que não tinha UTI. Mas por que não tinha UTI? Porque não tinha dinheiro. Não tinha dinheiro para as UTIs porque o poder podre tinha que pagar os poderosos, os achacadores, para ficar tudo bem. Esse foi o maior escândalo que o Paraná viveu e não vi ninguém levantar a voz. Tem improbidade, teve dinheiro que saiu daqui e foi para o exterior e não deu em nada. Não virou nada. Tem gente até hoje rindo à toa de tudo isso. Até hoje!

E esse escândalo, Deputado Neivo Beraldin, que V. Exa. tem muitos documentos, não deu em nada! Deu em quê? Não deu nada! E as grandes instituições não se levantaram. Mas daí está errado em se levantar hoje? Não, está bacana. Tem que se levantar mesmo, tem que fazer, cobrar, exigir, eu acho importante.

Eu não sou contra o movimento, não. Que falem à vontade, que cobrem que venham aqui, como disse o Presidente, que vai trazer um debate para esta Casa. Venham, eu acho que deveriam debater aqui, acho importante vir debater aqui o que o Paraná é, o que o Paraná viveu, o que tem. Agora, uma pena que, às vezes, não queremos fazer o que tem que fazer. Deveria se levantar outras coisas que nunca se teve coragem de levantar aqui a nível de gastos que este Paraná realizou, gastos violentos que nunca foram explicados, e que criancinhas morriam porque não tinha dinheiro para UTI, mas tinha dinheiro para o achaque, tinha dinheiro para a mídia.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, sabe uma coisa que eu acho que não é correto? Toda a generalização, em qualquer aspecto, quando se generaliza dizer que todo mundo é assim, se eu falar na Igreja é errado, se eu falar em qualquer lugar, o mesmo é aqui. Acho que aqui tem pessoas de comportamentos diferentes. Mas uma coisa que me chama a atenção, em época de campanha eleitoral, tem muitos políticos que vão lá num pequeno Município e dizem que é um bom político, porque ele levou determinada obra para aquela Cidade, principalmente os Deputados Federais que têm condição, por causa do orçamento, eles conseguem colocar emenda no orçamento e trazer dinheiro. Não concordo com essa forma, é uma verdadeira enganação das pessoas, porque às vezes o político não vem aqui debater, não vem mostrar a cara aqui, ou não faz isso lá em Brasília. Tem político que nunca usou o microfone lá em Brasília e é tido como sendo um bom político, porque conseguiu uma verba, etc., e quando foi para discutir os projetos bons para o País estava ausente.

Outra coisa: por que não fazem uma reforma tributária para reduzir a carga tributária do povo, que paga muito imposto? Por que não fazem uma reforma política, de forma que o Deputado faça o papel de Deputado e o Executivo faça o papel de Executivo? Porque estamos numa verdadeira enganação se olharmos pelo ponto de vista da política. Vai lá alguém que fala bonito, reúne um grupo de pessoas, aí quando tem o apoio do Prefeito, o

Prefeito reúne um monte de gente e daí: “Esse político é bom, porque trouxe essa obra aqui”. E às vezes está falando de um político que não é bom, porque pelo fato de levar a obra, a obra já é do povo, foi o povo que pagou pelo imposto e ainda tem que bater palma para o político. Então é nesse sentido que acho que o senhor tem razão.

Tem muita coisa que precisa mudar neste País, e vai mudar. As coisas acontecem pela política. Também não concordo muito, às vezes tem pessoas que falam: “Eu não me envolvo em política, porque política só tem gente desonesta”. Não é assim, não é verdade, tem gente honesta e tem gente desonesta. Assim como tem gente honesta e desonesta em outras partes da sociedade, em outras entidades, em outras empresas.

Enfim, o que cabe a todos nós é ter consciência clara do nosso papel. E aqui na Assembleia Legislativa estamos justamente para defender aquilo que pensamos. Então, V. Exa. está correto, tem que defender aquilo que V. Exa. pensa, embora eu possa, muitas vezes, não concordar com V. Exa.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Douglas.

Interessante o que nós falamos no Parlamento. E cada um chega de um jeito aqui, um chega porque é médico, outro porque é advogado, outro porque tem apoio dos Prefeitos, outro porque é radialista, outro porque é agricultor, e assim por diante, cada um chega de uma forma trazido pelo povo, e aí forma um Parlamento diferenciado. Mas os costumes são os mesmos, são antigos, costumes antigos de uma política antiga que vive este País, não é só a Assembleia do Paraná.

Sr. Presidente, neste dia que se fala de protesto, de atitudes, quero mais uma vez destacar, volto a dizer, que respeito a opinião de cada Deputado, mas não quero, agora, neste momento em que algumas pessoas estão dizendo assim: “É o momento de aparecer, fazer voto.” Não, de jeito nenhum. É momento de cada um assumir sua responsabilidade. Sempre assumi a minha responsabilidade de dizer que, quando nunca fiscalizamos nada no que se refere ao âmbito desta Casa, acho que este não é o momento de querermos tapar o sol com a peneira.

É este o comentário que eu queria fazer, hoje, a respeito deste caso.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero agradecer ao Deputado Jocelito. Sei que nos bastidores alguma coisa até foi falada. Gostaria de dizer que a generalização é ruim mesmo, como diz o Deputado Douglas, mas, há pouco, conversávamos e gostaria de lhe afirmar que nunca me meti em confusão. Gostaria que a coisa fosse um pouco melhor esclarecida. Respeito-o muito e tenho admiração pela sua forma de agir, pela sua forma clara. Estou pedindo um aparte porque a generali-

zação é um pouco ruim, e se ficarmos aqui a aceitar as coisas fica um pouco difícil, mas agradeço a forma de o senhor me dar este aparte, e tenho uma convicção de que você tem feito, como Deputado.

Às vezes, acho até difícil usarmos o termo Excelência porque, de repente, podemos sair daqui achando que somos Excelências todos nós. Então, acho que a sua forma de ser Deputado tem sido clara, honesta, e isso é muito bom, tem ajudado o Paraná, tem ajudado a sua região, e é muito bom.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Felipe.

Estou falando de todos os Deputados, quem nunca fiscalizou. Falo de todos, generalizo, porque ninguém fiscalizou, e não são os atuais Deputados, são os ex-Deputados também. Estou vendo aí muito ex-Deputado fazendo discurso, mas também passou por aqui e nunca levantou a voz para dizer; “Deputado Aníbal, vamos ver as contas.” Eu nunca vi isso. É isso que quero deixar claro aqui. Nós nunca fiscalizamos. Volto a dizer, tem gente dizendo: “Tem que pedir para sair”, mas nunca fiscalizou.

Fica este pronunciamento aqui. Acho importante, neste dia, porque acho que o que nos leva a fazer as coisas acontecerem é, principalmente, o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, no Grande Expediente.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O tema que trago a esta tribuna é mais ameno, mas, indiscutivelmente, muito importante, porque é claro que não podemos deixar de reconhecer que há, no Estado do Paraná, um movimento, há uma sociedade civil emergente, e temos que respeitar sempre a voz das ruas. Eu reconheço que - hoje, li no jornal Gazeta do Povo uma proposta que esta Casa poderá discutir em relação a aprofundar as medias moralizadoras e que busquem a transparência - entendo que devamos, Presidente, demais integrantes da Mesa Diretora, da Comissão Executiva, que esta Casa deva estar aberta a discutir com a sociedade civil organizada aquilo, Deputado Pugliesi, que é fundamental no regime democrático, que é o respeito à participação popular, que haja o controle social no âmbito do Poder Legislativo e que possamos aprofundar as medidas que esta Casa vem tomando nos últimos três meses, diria, na verdade, nos últimos três anos, para não ser inexato naquilo que estou falando, mas que, indiscutivelmente, é desejo da opinião pública mudanças que devam ser feitas. E penso que não estamos faltando com essas mudanças, conseguimos avançar muito nos últimos três anos e nos

últimos três meses, de forma especial, com as medidas do recadastramento, da exoneração, da nomeação com base na nova lei, a regulação através de uma lei também votada e a lei que melhor regula a função dos assessores e dos secretários parlamentares que temos no País. Não há nenhuma Assembleia Legislativa, hoje, tão regulada quanto a nossa.

Alguns poderão me ouvir, não aqui dentro desta Casa, mas fora, e falar: “Nossa, mas o Romanelli não está falando a verdade.” É verdade, podem pesquisar na internet, podem ver a legislação, podem promover uma busca que vai se identificar que não há nenhuma Assembleia Legislativa, hoje, tão bem regulada nessa questão de pessoal quanto a Assembleia Legislativa. É possível avançar? Claro que é possível avançar. É possível, sim. E a Lei nº 16522, inclusive, que votamos, estabelece um prazo de 240 dias para fazermos um estudo, para procedermos a uma reforma administrativa, que no prazo máximo de um ano se promova um concurso público para o preenchimento de cargos provenientes em comissão, que deverão ser transformados em efetivos. As pessoas, por óbvio, trabalharão na Assembleia Legislativa e poderão saber que teremos aqui um Poder Legislativo melhor do que este que temos hoje. Mas reconhecer, Sr. Presidente, que estamos avançando, e entendo que a Casa, aqui, cada um dos líderes, cada um dos Parlamentares, tem que ter a clareza absoluta de que estamos no caminho correto, mas que é necessário fazer mais, a exigência da sociedade é que façamos mais, que tenhamos uma maior transparência, que possamos aprofundar ainda mais as medidas moralizadoras, e certamente teremos a capacidade de estar ouvindo essa voz da sociedade civil organizada. Com isso, efetivamente, podemos avançar ainda mais.

Mas quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vir a esta tribuna, hoje, porque estou desincumbido agora da missão que tive durante três anos e meio de liderar a bancada de apoio ao Governo nesta Casa, na verdade, diria melhor, ter sido liderado por um conjunto de Parlamentares da mais alta qualidade, pessoas com quem convivemos e aprendemos muito. No debate você, de fato, acaba aprendendo a respeitar a diversidade. Os debates que eu tive com o Deputado Douglas Fabrício, que aliás, pelo que percebo, verifico a gravata bonita dos Deputados Pugliesi, Elio Rusch, Rossoni, com quem aqui travei debates muitas vezes intensos e acalorados, mas indiscutivelmente sempre procurando que pudéssemos ter a melhor política pública, o melhor controle do ponto de vista do gasto público, daquilo que é absolutamente essencial em uma sociedade democrática.

Estou aqui, hoje, para poder dizer do esforço que, pessoalmente, estou fazendo, mas mais do que estou fazendo, do esforço que está sendo feito para consolidar um hospital no Norte Pioneiro, que já está em funcionamento e que hoje é o hospital regional de Santo Antônio da Platina, hospital regional do Norte Pioneiro. Hoje ele funciona nas dependências da APMI. Falando da APMI,

parece que, de fato, não é um hospital da forma que imaginamos, mas não é verdade, é um hospital construído com recursos da Congregação da Família, em nome da APMI do Município de Santo Antônio da Platina e que agora, em uma antiga luta e ideia que trabalhamos, estamos conseguindo estadualizar esse hospital. Porque o hospital já está passando recursos para o nosso consórcio, CISNORP. Ao mesmo tempo em que o hospital começa a avançar bem e solidamente, do ponto de vista do atendimento, também é necessário que estadualizemos esse hospital e que seja público de referência, para mudar completamente a realidade do atendimento à Saúde da população no Norte Pioneiro. Então, já demos um grande passo e avanço.

Estamos avançando ainda mais. Porque graças a uma emenda coletiva apresentada pela bancada dos Deputados Federais do Paraná, em Brasília, liderados pelo Deputado Alex Canziani, estamos conseguindo liberar R\$ 15 milhões do Governo Federal para construir o hospital regional da AMUNOP, sediado em Cornélio Procópio. Já falei desse hospital quando tivemos uma audiência com o Ministro Temporão, com a presença do Governador Pessuti, com o Secretário da Saúde, Carlos Moreira, com 11 dos 30 Deputados Federais e também com a esposa do Ministro do Planejamento, Gleisi Hoffmann, que assumiu o compromisso de liberar os recursos junto ao Ministério do Planejamento. Porque temos até o dia 30 para colocar o dinheiro na conta, para o hospital funcionar.

Quando começamos a formatar o hospital pensamos em fazer um hospital que fosse de caráter regional, mas vinculado ao Município de Cornélio Procópio. Depois, no debate, na experiência, na discussão dos hospitais regionais, participei muito na questão do hospital regional de Ponta Grossa, como também vi a estruturação dos hospitais de Telêmaco Borba e de Francisco Beltrão, e cheguei à conclusão, houve um convencimento tanto do Prefeito Amin Hannouche, de Cornélio Procópio, quanto do atual presidente da AMUNOP, o Prefeito Celso Silva, da indispensável participação do Estado. Além da presença do Governador Pessuti assumindo esse compromisso, também os outros pré-candidatos ao Governo do Paraná, o Prefeito Beto Richa e o Senador Osmar Dias assumiram o compromisso com esta obra, porque é o Estado que vai fazer a gestão do hospital da AMUNOP, sediado em Cornélio Procópio.

Digo isso porque temos um problema, um déficit de mais de 100 leitos. Esse hospital terá 80 leitos, sendo 10 leitos de UTI neonatal, 10 leitos de UTI e mais 14 leitos de observação. Teremos atendimento de urgência e emergência, para poder trabalhar como uma referência do SAMU e do SIATE. Além de todas as especialidades de clínica médica, cirúrgica, pediátrica, ginecológica, obstétrica e psiquiátrica, tendo na clínica cirúrgica a especialidade de neurocirurgia, traumatologia e ortopedia.

A construção desse hospital é um sonho de toda uma região, de mais de 300 mil habitantes, da importân-

cia de termos funcionando em uma região, onde temos apenas hospitais privados, muitos filantrópicos, as Santas Casas, em Jacarezinho e em Cornélio Procópio, onde temos feito boas parcerias, além dos recursos do SUS e do Tesouro do Estado. Indiscutivelmente, tanto o hospital regional, que já está consolidado, mas vamos avançar ainda mais com a estadualização, em Santo Antônio da Platina, do hospital do Norte Pioneiro, e do hospital regional da AMUNOP, em Cornélio Procópio, onde a Prefeitura dessa Cidade, através da Câmara de Vereadores, que apoiou a proposta do Prefeito Amin Hannouche, faz a doação da área para a edificação, a construção do hospital que será parecido com aquele que o Estado está construindo em Telêmaco Borba. Com isso, certamente teremos um grande avanço na área da Saúde.

Claro que não é um hospital que se constrói da noite para o dia, mas a minha expectativa é que o Ministro Paulo Bernardo possa cumprir o compromisso que foi assumido e liberar os recursos, porque tenho dito que aqui no Paraná não dá mais para podermos suportar apenas o desfile dos candidatos a Presidência da República, quando sabemos que temos tido pouco apoio. E isso estamos falando de uma dívida histórica que o Paraná tem que cobrar da União, porque temos feito um esforço muito grande para fazer investimentos, nas mais diversas áreas, com os nossos recursos estaduais.

Basta ver, Deputado Marcelo Rangel, o exemplo das nossas universidades estaduais, nos custam R\$ 1 bilhão e 500 milhões por ano. Sempre recebo as reivindicações de se construir uma universidade estadual aqui na Cidade Industrial de Curitiba. Todos sabem, a Cidade Industrial, o bairro do Portão, é maior do que a Cidade de Londrina e não temos nenhuma universidade estadual.

Por outro lado, é necessário que possamos fazer com que, por exemplo, o José Serra venha ao Paraná e assumo o compromisso de fazer o seguinte: vamos federalizar, por ano, uma universidade estadual do Paraná. Por quê? Porque transferiríamos, como o Rio Grande do Sul fez, como Minas Gerais fez, como outros Estados fizeram, transferiríamos as seis universidades estaduais. Com esse aporte poderíamos manter ainda do 1 bilhão e 500 milhões, por exemplo, 300 milhões para as parcerias; teríamos, na verdade, a condição de pegar 1 bilhão e 200 milhões e investir na educação básica, ensino médio, educação fundamental.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, quero primeiro cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Segundo, parece que V. Exa. participou de uma reunião que tivemos sobre o plano de Governo com a nossa equipe. Estamos levando uma proposta para o Serra, para que ele coloque no seu plano de Governo, para dar ao Paraná o mesmo tratamento dado a outros Estados quanto às universidades federais. Federalizando as estaduais, diminuindo os custos ou o que o Estado gasta com as universidades. Essa é

a proposta do Paraná para o Serra. Há 15 dias estivemos em São Paulo com o ex-Prefeito Beto Richa, colocamos para o Serra, ele gostou da ideia e pediu para que apresentássemos uma proposta do Paraná.

Peço a V. Exa., ouvindo o seu pronunciamento, que some-se a esse movimento, porque não é um movimento partidário, mas sim movimento em prol do Paraná.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, agradeço e fico satisfeito em ver essa postura sua e obviamente do PSDB do Paraná, porque indiscutivelmente penso que é essa a postura que devemos ter frente ao apoio a uma candidatura à Presidência da República. Não é por simpatia, mas indiscutivelmente é de ter alguém que tenha compromisso com o nosso Estado. E o Paraná tem que resgatar uma dívida histórica que temos com o Governo da União. E essa proposta, quando se diz: “Olha, o Paraná tem isso, tem aquilo”, não tem que complicar nada, a federalização das universidades estaduais é rápida, objetiva, absolutamente saudável, até porque o Governo Federal tem uma política das universidades que é muito positiva, propositiva e nos ajudaria muito.

Agradeço a oportunidade de falar sobre isso, de ter falado sobre o hospital regional da AMUNOP, estamos na expectativa da liberação dos recursos e tenho certeza que vamos avançar muito, porque na área da Saúde, não tenho dúvida, Sr. Presidente, é o grande desafio que o próximo Governo vai ter no Estado do Paraná. É isso.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, PSDB, PDT.

(Declinam).

PMDB, com a palavra o Deputado Rafael Greca.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Reitero o meu pedido para que esta Casa se abra à sociedade civil, para que não fique apenas na manifestação programada hoje para as ruas, a acolhida, a acuidade da Assembleia para o clamor de correção de rumos e de mudanças na gestão do Poder Legislativo do Paraná.

Sr. Paraná, Srs. Deputados, para hoje escolhi um texto da metafísica dos costumes do filósofo alemão, Emmanuel Kant.

De acordo com esse filósofo, na sociedade existem duas categorias de valores: o preço, em alemão, preis; e a dignidade, em alemão, wülden. Enquanto o preço representa um valor exterior de mercado e manifesta interesses particulares, a dignidade representa um valor interior, um valor moral e um valor de interesse geral.

O valor moral, por conseguinte, encontra-se, indiscutivelmente, acima do valor de uma mercadoria, porque ao contrário deste, não admite ser substituído por equivalente.

Daí advém a máxima de Kant de que o homem não pode jamais ser transformado em meio para alcançar quaisquer fins.

A preocupante leitura do jornal Gazeta do Povo, que coloca um preço nesta Assembleia e na Mesa da Assembleia, R\$ 100 milhões de desvios de recursos públicos, obriga a Assembleia a discutir publicamente essas afirmações.

Se há um inquérito policial, se há ex-Diretores presos, se há uma discussão pública do assunto, essa discussão tem que ser na profundidade de não fazer pesar sobre esta Casa qualquer nódoa que nos tolha a dignidade e nos coloque etiqueta de preço.

Nós representamos um Poder, representamos o Poder Legislativo, que emana do povo e em nome do povo é exercido. Representamos a dignidade do Paraná.

Portanto, temos que tirar a limpo cada acusação que hoje, na praça, foi proferida. Cada manchete que no jornal, aliás, o único jornal importante da Cidade, for estampada, temos que tirar a limpo cada nódoa de acusação que possa ficar desse passado que a recente lei reorganizadora da Assembleia e uma série de medidas desta Mesa já estão contribuindo para enterrar definitivamente.

É muito importante trabalharmos para que sobre esta Casa, não pese a etiqueta do preço, mas sobre esta Casa brilhe a luz da dignidade da representação popular! Por isso eu insisto, que se reabra a discussão além da manifestação de hoje, se reabra convidando cada um dos oradores para vir aqui colocar as suas objeções e ouvir da Mesa Diretora da Casa e dos próprios Deputados, o que pode ser feito no sentido de correção de rumos, de aperfeiçoamento ou até de assumirmos alguma culpa de um tempo em que as coisas não eram informatizadas, não havia a sociedade da informação, não havia registros, houve incêndio no arquivo! Por muito tempo a Assembleia do Paraná, viveu sem ter os meios modernos de documentação, de reprografia, de divulgação e de controle social.

Então, Presidente Nelson Justus, já disse na televisão que não quero ser seu Juiz porque me pesa muito uma palavra do Evangelho que diz: *Por ventura serei eu Juiz do meu semelhante?* Não fui instituído para ser Juiz na ocasião em que fui votado para ser Deputado, há Juízes instituídos para isso e para levarem o processo adiante. Agora, temos a obrigação, no âmbito democrático e parlamentar de ouvir a metafísica dos costumes, os ensinamentos do filósofo, que não admitem que a Assembleia seja usada como meio para fins ilícitos, que não pese sobre a Assembleia acusação de ter um preço! Cem milhões de reais é um preço pesado demais, mais até 30 dinheiros foram um peso pesado demais e não há que se esquecer que o Justo e Verdadeiro, Único que veio ao mundo com clareza foi vendido por 30 dinheiros!

Então, vamos passar a limpo realmente a Assembleia, a história das relações da Assembleia com a imprensa do Paraná, vamos passar a limpo o Tribunal de Contas do Paraná e a Assembleia! Vamos passar a limpo esse pedaço do Poder para que o povo saiba que sobre a praça do Centro Cívico não pesa a condenação do preço, mas brilha a luz da dignidade!

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Rafael Greca, já tinha dito a V. Exa. e acatado a sugestão de discutirmos com a sociedade. A propósito naquele mesmo dia entrei em contato com alguns desses representantes e participei de uma reunião de 10, 12 líderes dessas instituições que eles marcaram: um café da manhã. Lá fui e fiquei pelo menos três ou quatro horas conversando e debatendo com eles. Naturalmente que não conheciam a verdadeira situação daquilo que já fizemos aqui na Casa e naturalmente que não imaginavam conversar conosco aqui na Assembleia antes do grande evento, ou grand finale, não. Então, posteriormente nós que sempre tivemos um bom relacionamento com todas as federações, institutos, associações, já que eles não nos convidaram, não tentaram ouvir a nossa parte, nós os convidaremos e eles aqui terão todo direito, todo tempo que quiserem e serão como sempre foram muito bem tratados para poderem colocar as suas dúvidas, os seus questionamentos e nós mostramos até onde já fomos e até onde podemos ir.

Basta que deixemos passar esse tempo, e tenho certeza Deputado Rafael Greca, que essas instituições poderão sugerir propostas para que possamos porque não, adotá-las. Temos a humildade para isso.

Abri a minha conversa com eles, Deputado Rafael Greca, com toda a minha empáfia, com toda a minha elegância, com toda a minha arrogância, eu entreguei a todos eles as minhas cinco últimas declarações de Imposto de Renda para que eles pudessem ver o tamanho do meu enriquecimento durante esse período. e aí começou a nossa conversa. Acho que o caminho seria justamente esse, mas não antes que houvesse esse evento preparado para o dia 8 com tanto esmero e disso podemos fazê-lo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Presidente a voz das ruas, hoje no terminal de ônibus uma pessoa me dizia: “É verdade que a Assembleia tem 70 médicos?” Se tem 70 médicos vamos abrir um hospital metropolitano. Eu ajudo a organizar, eu fiz o hospital do Bairro Novo. Organizamos o hospital metropolitano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devo-lhe dizer que nós no máximo em 10 dias estaremos aqui com o ponto biométrico, já fizemos todas as aquisições para quem entra de carro e para quem entra

a pé. Estamos ultimando detalhes no nosso organograma para definirmos onde fica cada um, cada um no seu lugar. Tudo isso faz parte de um projeto.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O senhor pode me responder quantos médicos tem a Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não sei lhe dizer.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O senhor pode me dizer antes do fim da Sessão. Essas lendas urbanas são perigosas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É verdade. O que é importante cada Diretor, cada Chefe de Seção ou de Subseção hoje é obrigado a assinar como responsável pelos seus funcionários. Coisa que não acontecia. Como o nosso organograma ainda não está pronto e na lei, por exemplo, vou lhe dar um exemplo no gabinete da Presidência hoje a lei que eu participei só posso ter 15 funcionários. Eu tinha mais de 15 na Presidência e na 1ª Secretaria a mesma coisa. Porque lá estavam os garçons, lá estavam os fotógrafos, lá estava parte da imprensa, grande parte da nossa imprensa. Essa gente foi jogada para a administração. Mas em que lugar da administração?

Então, temos que organizar tudo isso. E isso faz parte de um projeto, que iríamos e vamos concluir até o dia 31 de dezembro. Com a ajuda de todos. O meu sonho é entregar ao meu sucessor a nova Assembleia funcionando como deve. E nós vamos conseguir.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, no mesmo raciocínio do Deputado Rafael Greca, eu obviamente não faço sugestões a V. Exa, nem é o meu papel, mas acredito que poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perdoe-me, mas o seu partido faz muitas sugestões e muito boas sugestões.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Não, não, sugestões individuais, Presidente. O partido faz sugestões, mas eu não faço sugestões individuais.

O que eu coloco para a Mesa, se não seria, nesta mesma ordem de raciocínio do Deputado Rafael Greca, se não seria possível já, e V. Exa. falou que a Assembleia - e obviamente não poderia ser diferente - está aberta para que nós recebamos, inclusive, as pessoas que compõem todos os segmentos da sociedade, se estabelecêssemos uma data, o dia “x”, semana que vem, na próxima semana, aí esta data é a data, como o Deputado Rafael Greca colocou, até de uma Audiência Pública, para que possamos receber essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não tem a menor dificuldade.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mas essa é uma iniciativa que V. Exa., obviamente, e a Mesa Diretora, são quem toma.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos marcar a data e estabelecer os convidados, quantos cabem aqui dentro. Vamos ordenar as coisas. Não vamos precisar trazer conjuntos musicais, não vamos precisar ter os gastos, que até hoje eu não sei quem paga tudo isso, mas vamos fazer, sim, uma Audiência Pública, com toda a franqueza, no mês de junho, antes que entremos no recesso parlamentar.

Apenas concluindo, Deputado Rafael Greca, oficialmente, o número que me trazem do departamento médico é de 22, incluindo fisioterapeutas, psicólogos. O que é importante que se diga, que fique claro, todos eles são efetivos. Portanto, todos eles têm, agora com a nova legislação, que cumprir o horário, cumprir o ponto. Todos eles.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Esse serviço é para o funcionalismo da Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todos os efetivos da Casa.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Estava acompanhando esse debate agora do Deputado Greca, quero dizer que o serviço de Saúde aqui da Casa, eu não sei exatamente quantos médicos tem, mas quero destacar que todas às vezes que fui ali, fui bem atendido.

Os nossos funcionários do gabinete sempre que foram ali, foram bem atendidos, pelos médicos, pelas enfermeiras, sempre nos atenderam bem. Eu visito muito esse departamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu também sou assíduo visitante.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É muito fácil, hoje, só falar. Quero dizer que todas as vezes que fui ali fui bem atendido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com um detalhe, como eles cumprem os horários de manhã, o salário deles é pequeno, posso afirmar a vocês.

Quando você falou em 70, eu não sabia.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não tinha nenhuma intenção de depreciar o serviço médico da Assembleia.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ele não inventa, mas ele aumenta.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não é verdade. Estou fazendo a indagação porque a Cidade está cheia de lendas urbanas falando da Assembleia. Temos a obrigação de esclarecer tudo. Afinal de contas, nos paga a população. Só há um jeito de desmanchar as falsidades das versões: é a verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero crer, Deputado Rafael Greca, que isso deva estar na nossa internet, não pode ser diferente.

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, quero falar desse assunto também, com relação aos médicos, que são 22. Eu já precisei aqui do atendimento do ambulatório, toda vez que fui lá fui bem atendido, desde a pessoa que atende na porta até os médicos. Inclusive com o atendimento não só para mim, que sou Deputado, mas vi atendimento de pessoas que tiveram dificuldade, pessoas que vieram do interior e foram bem atendidas ali.

Começam, nessa época de pré-candidatura, então é natural que comecem falar mal, e a Assembleia está num momento importante e não acho tão ruim o que está acontecendo.

É triste para nós, os 54 Deputados, e lá fora a sociedade cobra de todos os 54 Deputados. Pode ser que tenha um ou outro culpado, e não quero aqui condenar ninguém, porque não sou Juiz.

A Assembleia Legislativa avançou muito. Estou no meu primeiro mandato e quero recordar o tempo em que morava em Campo Mourão e que acompanhava as notícias da Assembleia apenas por jornal. Tudo que sai no jornal, seja o que for, tem que ter um filtro também, porque tem lá um interesse.

Não tinha TV SINAL. A TV SINAL, que agora estou falando aqui, tem gente assistindo em sua casa. Em Roncador, que é a terra onde nasci, têm pessoas assistindo o nosso trabalho aqui. Assim posso dizer que em Campo Mourão, ou em qualquer outra Cidade, têm pessoas que gostam. Tem gente que gosta de política e gosta de acompanhar o trabalho, mas tem gente que não entende nada de política e gosta de falar mal de político. É moda falar mal de político. Quando se fala mal de um político, parece que é uma coisa boa, e é errado.

A política, que eu aprendi dentro do SEBRAE, é a ciência do bem comum. É através da política que vamos conseguir fazer as mudanças. Ninguém chegou aqui porque é bonito, feio, careca, barbudo, não, chegou aqui porque foi pedir voto lá na base, conversar com as pessoas nas casas, e é através do voto que vieram para cá. É assim

que funciona para a Câmara de Vereadores e vale para o Presidente da República.

Estamos avançando, porque está avançando a exigência da comunidade e a exigência da informação. Hoje tem mais transparência em todos os níveis.

Claro que este momento que vivemos hoje é a Assembleia que está no meio da sala, mas temos que lembrar que não se tem problemas só na Assembleia.

Temos que corrigir, sim, os nossos problemas, e estamos fazendo isso. Tenho votado projetos aqui que ajudem na transparência.

Hoje as pessoas conseguem acompanhar as despesas dos Deputados pela internet, coisa que antes não existia. Eu, como consultor do SEBRAE, que me considero uma pessoa preparada e informada, não sabia e não tinha conhecimento. Agora, qualquer pessoa comum pode acessar lá nos Estados Unidos, pela internet, e ter acesso às informações.

Foi falado na tribuna, e não me recordei qual Deputado que falou, que também as demais instituições precisamos chamar para um debate: O Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Governo do Estado, o Tribunal de Contas, dentre outras. Que toda e qualquer instituição que vá dinheiro público precisa prestar contas, inclusive a imprensa, se recebe dinheiro público, também tem que prestar contas. O dinheiro não é da pessoa, o dinheiro é do povo.

Nesse sentido, acho que esse debate é importante. As instituições que fazem hoje um movimento têm nosso apoio e têm o apoio de todos aqui. É importante se discutir os problemas que enfrentamos, mas também é importante não fechar os olhos para aqueles que fazem errado, inclusive a campanha eleitoral.

O que não é correto, não é justo, não é certo, é uma pessoa se eleger comprando votos, esganando as pessoas lá na ponta, ou contratando lideranças. Quando chega no final de campanha tem muito gente que vai ao interior com uma mala de dinheiro querendo comprar lideranças, e tem pessoas que apoiam essas lideranças e depois essas pessoas não têm compromisso com a sociedade; tem compromisso, sim, com o dinheiro que gastou.

Quando vejo esse debate, e um debate acalorado, alguns criticando e alguns inventando, e tem essas fofocas de ônibus, como disse aqui o Deputado Rafael Greca, já falam que tem 70 médicos. Não são 70, foi falado agora que são 22, que atendem não só os Deputados, mas atendem o conjunto da sociedade que participa aqui dentro da Assembleia, qualquer pessoa que venha aqui e precise de um atendimento médico vai ser atendido.

Deputado Nelson Justus e Srs. Deputados, vivemos um momento que parece que tudo que a Assembleia faz é errado. Então, tem que também separar o joio do trigo. E tem erros colocados na imprensa de 20 anos atrás. Eu não era nem Deputado nesta época. Aliás, há 20 anos atrás, eu ainda estava na Cidade de Roncador, trabalhando na COAMO, que é a maior cooperativa da América Latina. Entrei na Política e lembro que para

participar da política, fui falar com meu pai. Meu pai me deu apoio, dizendo o seguinte: sei que você foi educado, eu te eduquei e quero que faça na política o que normalmente você faz na sua vida, faça sério.

Com isso, estamos aqui. E quantas vezes tive discussão com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, falou ainda há pouco, quando ele era Líder do Governo, porque eu não concordava com o jeito que às vezes o Governo queria passar um projeto. E eu venho aqui e falo o que penso. Às vezes falo coisas e tem gente que se ofende. Mas, não estou aqui para julgar e nem condenar ninguém. Estou aqui para dizer que aquilo que acho que está errado tem que ser corrigido.

Desde o primeiro momento que surgiram as denúncias, Deputado Nelson Justus, e V. Exa. - é bom reforçar - V. Exa. É Presidente agora e tem muitas denúncias da época que o senhor não era nem Deputado, talvez. Paga preço por estar como Presidente. Assim como pagamos o preço por estarmos como Presidente. Assim como pagamos o preço por estarmos como Deputados. Porque tem gente lá fora que não é Deputado, não entende nada de política e fica criticando. O Vereador critica os Deputados. E aí até temos que dar razão, tudo bem, deixe que critique, é um direito da pessoa criticar. Que bom que as pessoas podem falar, hoje. Porque há mais de 20 anos atrás, as pessoas não podiam nem se manifestar. Lembro quando eu morava no sítio, que se tivesse uma rodinha de pessoas lá conversando, já, "Ô, não pode ficar em rodinha, aí, porque podem vir os militares."

Hoje, não. Hoje as pessoas têm internet, twitter, têm muitas informações e democracia. Temos que parabenizar todos os movimentos sociais que buscam melhorias. Na minha opinião, é isso. Mas, não só melhorias aqui na Assembleia Legislativa. Aqui, também. Mas, melhorias no gasto público. Isto vale para todas as instituições que vivem do dinheiro público. E dinheiro público é dinheiro sagrado, vem do povo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para manifestar minha alegria em vê-lo fazer um bonito pronunciamento. Coerente, sem demagogia. Parabéns, Deputado Douglas Fabrício, temos que viver com isso, a realidade, do coração. Não é nada preparado. V. Exa. está falando de coração. Acho que isto é importante e seu pronunciamento se associa ao momento que estamos vivendo. Parabéns.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado, Deputado Jocelito Canto. Realmente, falo do coração, falo o que penso. Pode ser que às vezes na minha fala posso ofender uma ou outra pessoas mas não falo para ofender ninguém. Falo o que penso e o que acho que esteja correto.

Dizia que quando surgiram as denúncias, lá atrás, me manifestei e pedi que fossem apuradas as irregularidades, que houvesse investigação da Polícia Federal, do Ministério Público, da sindicância. E se houvesse alguém

que estivesse envolvido que fosse afastado. Disse isso sem nenhum problema. E tenha visto isso. As investigações estão acontecendo. Temos que aguardar as investigações. Esta é minha posição, neste sentido: temos que aguardar. A justiça existe para isso e que corrija ou ajude a corrigir aquilo que possa estar errado.

Para finalizar, quero dizer o seguinte: aqui, não tem nenhum Deputado mais importante que o outro. Cada um tem um voto. E foi falado um detalhe muito simples, Deputado Nelson Justus, com relação à questão dos gabinetes. Deputado Elton Welter, V. Exa. tem razão: aqui nesta Casa tem uma diferença de gabinete de Deputado. Tem Deputado com gabinete muito grande e Deputado com gabinete muito pequeno.

Já que estamos corrigindo e passando a limpo, isto é importante, também tem que corrigir esta diferença, Deputado Nelson Justus. V. Exa. está passando por um momento de correção nesta Casa, em todos os níveis, estamos corrigindo. Quanto à questão dos gabinetes, disse aqui o Deputado Elton Welter, tem Deputado com gabinete muito grande e Deputado com gabinete muito pequeno. Também precisamos corrigir isso.

Falo isso, Sr. Deputados, para mostrar que nesta Casa todos são iguais, cada um tem um voto, cada um pensa de forma diferente mas não pode ter privilégios que beneficiem ninguém. Porque aqui, todos chegaram através do voto.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Plauto Miró é o próximo orador, no horário do Democratas.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para aqui salientar e deixar registrado um tema que diz respeito diretamente à agricultura do nosso Brasil, em especial o Plano Agrícola, que é divulgado pelo Ministério da Agricultura e que traz parâmetros e valores para a agricultura neste ano. Mas antes de falarmos sobre a agricultura, quero aqui salientar o manifesto que no dia de hoje acontece, que pede ética na política. Considero importante quando vemos a sociedade mobilizando-se e tentando interferir para que a política no nosso Estado do Paraná possa cada vez ser mais transparente.

Mas, não posso aqui, Sr. Presidente, deixar de registrar aquilo que foi feito na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná do ano de 2008 para cá, quando o senhor, Deputado Nelson Justus, era Presidente da Casa, todas as mudanças que aconteceram daquele período até hoje. Lembro-me como hoje quando dezenas de veículos de propriedade da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná foram vendidos. Cada gabinete tinha direito a um

veículo, pagos com recursos da Casa, e na sua gestão acabou-se com os veículos que estavam à disposição dos Deputados e cada Parlamentar passou a usar o seu veículo pessoal.

Também, mais de 2 mil funcionários foram demitidos, que era os celetistas que tínhamos há muito tempo na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A implantação do painel eletrônico, que tornou clara e transparente a posição de cada um dos Deputados desta Casa, podendo ser acompanhados pela sociedade e pela imprensa. O fim do voto secreto também acontece nos últimos tempos, proporcionando à população o conhecimento de qual é a posição de cada um dos Parlamentares. A tão questionada Sessão extraordinária, que pagava jetons aos Parlamentares, foi extinta desta Casa e não existe mais. A TV SINA1, que aqui, agora, estamos falando em vários Municípios do Estado do Paraná, muitas pessoas estão acompanhando a Sessão Plenária, o seu representante, a forma como ele vota, como ele se comporta, como ele se posiciona em cada uma das matérias, para que a própria população possa julgar aquele que recebeu o seu voto. O cadastramento que foi feito agora e o reenquadramento, trazendo todos os dados de funcionários na internet, possibilitando a todos aqueles que tenham a curiosidade, para que toda a sociedade possa saber tudo aquilo que acontece com relação à questão funcional na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A verdade é uma: hoje a atual Mesa executiva paga uma conta antiga. Há décadas acompanhamos problemas que existem na Assembleia Legislativa do Paraná e neste momento estamos passando por uma investigação em cima de denúncias que foram feitas, onde a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e estadual investigaram irregularidades dentro da Assembleia Legislativa. E o que posso esperar é que o resultado de tudo isso faça com que a nossa Casa, a nossa Assembleia, o Poder Legislativo Estadual possa ficar cada vez mais transparente, e isso vem sendo feito há algum tempo pela Assembleia, onde citei várias ações que foram feitas para fazer com que a sociedade possa, cada vez mais, acompanhar aquilo que acontece dentro da nossa Casa.

Era isso que eu queria deixar aqui registrado, Sr. Presidente. E agora vou ao meu pronunciamento, que quero falar da agricultura do nosso País, que vem crescendo pelas mãos de um segmento que traz riquezas ao Brasil. Para vocês terem uma ideia, na safra 2007-2008, tivemos no nosso País uma produção de grãos de 135 milhões de toneladas. Em seguida, nos anos de 2008-2009, essa produção foi para 144 milhões de toneladas. E a estimativa agora, para a safra que foi colhida no ano de 2010, Deputado Elio Rusch, a safra 2009-2010, é que ela vai subir de 144 para 146 milhões de toneladas. Esse crescimento dessa última safra, os técnicos, e as estatísticas feitas, mostram que o clima do nosso País favoreceu um ganho de produtividade, que proporcionou mais grãos sendo colhidos nos campos brasileiros, mais grãos nos

armazéns, e naturalmente a própria queda do preço dos grãos, que hoje, quero aqui até deixar registrado, está até inviabilizando muitos produtores do nosso País, porque o preço do milho teve uma redução, o preço da soja sofreu uma redução de preços, e lá no final cada produtor tem o seu custo de produção.

Hoje eu posso dizer que está difícil para o produtor, com o preço que está, conseguir ter uma rentabilidade da sua atividade. E o Ministério da Agricultura anuncia, nesta semana, o Plano Agrícola e Pecuário da safra 2010-2011. O Presidente da República anunciou na sede da EMBRAPA, em Brasília, que está liberando R\$ 116 bilhões para poder custear o plantio da nova safra 2010-2011, recursos esses que R\$ 16 bilhões serão destinados para a agricultura familiar, e os outros R\$ 100 bilhões para a agricultura normal, agricultura comercial. Isso vai fazer com que os produtores tenham - é claro, se esses recursos chegarem com facilidade às mãos dos produtores - condições de plantar uma boa semente, uma boa quantidade de adubo, os defensivos necessários, e naturalmente, dependendo de São Pedro, que possam ter uma safra da qual se tenha uma produtividade elevada, para poder fazer frente aos custos de produção, porque com a redução dos preços dos produtos agrícolas a agricultura passa um momento difícil, mas o consumidor é que ganha com tudo isso, podendo comprar os alimentos com um preço menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Deputado.

Bloco PSB/PRB/PV.

(Declina).

Liderança do Governo. Deputado Caíto Quintana com a palavra.

Liderança do Governo: Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Usarei rapidamente a palavra porque acredito ser uma necessidade, uma obrigação de respeito aos companheiros desta Casa, de neste momento, embora pretenda fazê-lo talvez amanhã, porque estamos premiados pelo horário hoje. Mas de hoje comunicar, de viva voz, visto que V. Exa já o fez por ofício, de que estamos assumindo a Liderança do Governo nesta Casa. É sempre uma honra para um Parlamentar, e uma responsabilidade muito grande, poder exercer essa função, que entre as atribuições precisa cuidar dos interesses que o Governo tenha na tramitação dos seus projetos, na aprovação dos seus projetos, na justificativa, a explicação daquilo que se pretende. E espero poder fazê-lo, Sr. Presidente, com tranquilidade, com conversação, com entendimento, para que neste período conturbado que esta Casa vive, em

decorrência da proximidade do pleito eleitoral, em que muitas alianças de hoje podem não ter os mesmos candidatos após as convocações, precisamos com serenidade o interesse do Paraná nas votações deste Plenário.

Espero que saibamos definir e dividir com clareza o interesse maior do nosso Estado, independente de partido político, nas votações, nos embates que se trava aqui dentro, do interesse eleitoral que fica para fora desta porta, onde cada um vai ter seus caminhos a percorrer, muitas e muitas vezes disputando inclusive entre pessoas do mesmo partido, a busca do voto para Deputado Estadual, Federal, nas coligações que se faz, nos entendimentos que se faz, mas que saibamos que dentro do Plenário podemos e temos que ter uma atitude que nos permita atravessar esta fase de final de Governo.

Reconheço o quão delicado é este momento, reconheço a necessidade permanente do diálogo, e espero, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que é o Líder da Oposição, com quem eu sempre tive um diálogo franco, aberto, uma amizade construída no curso dos anos, uma amizade familiar inclusive, que possamos trabalhar como Situação e Oposição, no sentido de encontrar os caminhos que possam levar as votações naquilo que for melhor para o nosso Estado.

Tenho certeza absoluta que poderemos caminhar com o diálogo, sem a necessidade de termos discussões pesadas, críticas pesadas, até porque a índole do Governo Orlando Pessuti é de serenidade, de conversa, de possibilidade que nos permite, inclusive, atravessar a praça e podermos, com tranquilidade, Situação e Oposição, discutir com o Governador os projetos que aqui possam estar.

Da mesma forma, quero conclamar as lideranças dos demais partidos desta Casa, do Bloco Independente, para que possamos nos reunir sistematicamente, analisar e discutir a pauta, esclarecer as dúvidas necessárias para, quando chegarmos ao Plenário, possamos ter já as questões devidamente esclarecidas. Isso tudo para facilitar as votações, porque é um período que indiscutivelmente a Assembleia estará envolvida dentro de um processo eleitoral, que vem desde a Presidência da República até o Deputado Estadual, e cada um de nós, na responsabilidade do seu partido, na representação que detém, vai ter essa responsabilidade eleitoral.

Da mesma forma quero comunicar, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, e o farei por escrito a V. Exa., Sr. Presidente, a indicação do Deputado Nereu Moura como Vice-Líder do Governo nesta Casa, para que possamos, conjuntamente com os demais Deputados que compõem a base aliada, conduzir as votações de Plenário. Espero, sinceramente, Srs. Parlamentares, aqueles que já compuseram a base aliada do Governo, que possamos continuar juntos, independente das nossas posições políticas, como eu disse há pouco, na defesa dos nossos candidatos, das nossas dobradas, dos nossos interesses eleitorais, mas aqui no Plenário não há razão alguma para que possamos terminar este mandato com essa força da base de apoio do Governo.

Ao mesmo tempo, gostaria de convidar os demais Deputados que possam ter uma conversa franca, aberta, para que qualquer dúvida que exista possamos conversar, me coloco à inteira disposição, para que o processo de votação na Casa seja o menos tumultuado possível. Voltaremos a conversar sobre isso, neste dia eu apenas queria agradecer a amizade, o respeito, a facilidade de diálogo que tenho com todos e anunciar o Deputado Nereu Moura como Vice-Líder do Governo, e principalmente dizer à Oposição que as portas do gabinete da Liderança do Governo estão abertas para qualquer esclarecimento necessário; e dizer aos companheiros do partido e da base aliada que estaremos sempre juntos na defesa do Paraná que todos nós queremos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança do Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente todos os pronunciamentos, quase todos que foram feitos hoje na Sessão aqui nesta Casa, mas, de uma forma muito especial, ouvi o seu pronunciamento também como Líder do Governo. É verdade que somos campos opostos no lado político, mas devemos convergir para o mesmo caminho, que é o bem-estar do nosso Estado. Lógico, quem é Governo, procura defender o Governo. Quem é Oposição, faz uma posição responsável e fiscalizadora, aliás, é isso que a própria democracia nos ensina. E é bom para o Executivo quando tem Oposição.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. já foi Oposição aqui na Assembleia Legislativa e, com toda a certeza, não só uma vez, por outras vezes, porque detém diversos mandatos aqui na Casa. A Oposição, quando é responsável e fiscalizadora, ajuda a administrar o Governo do Estado. É isso que procuramos fazer e principalmente agora.

O Governador Orlando Pessuti, que foi nosso companheiro, aqui na Casa, foi Presidente da Assembleia Legislativa, com quem sempre tivemos uma boa convivência, mas o importante é que não se misture, temos que separar o lado político do lado pessoal das questões. Isso é importante. Sabemos que hoje se fala muito do dia 8 de junho, da concentração que haverá aqui em Curitiba, em diversas Cidades no interior do Paraná, quando a OAB tem encampado essa campanha pela ética, pela moralidade, pela impunidade. Quer dizer, esses quatro itens elencados pela OAB todos nós queremos, todo cidadão quer. Quem não quer ética? Quem não quer transparência?

Ouvi também todos os Parlamentares que fizeram referências sobre os avanços que tivemos aqui na Casa - não quero me tornar repetitivo, porque já falei sobre isso - mas eu queria falar sobre um outro assunto que ninguém abordou na Sessão de hoje: quando eu vim para esta Casa, até 1990 tinha aqui a aposentadoria dos Deputados pelo FEPPA. Um Parlamentar com oito anos de mandato se aposentava, independente da idade. Isso não existe mais. Deputados, Deputadas e paranaenses, eu não sei, é importante, de repente, até fazer um levantamento, acho que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, se não a única, mas deve ser uma das poucas Assembleias Legislativas que o Parlamentar não tem aposentadoria como Deputado. Nós não temos. Se nos aposentamos, vamos nos aposentar pelo INSS. Isso também tinha na Casa e também acabou. Tivemos tantos avanços. O Deputado Elton Welter tem cobrado e tem se manifestado várias vezes, como diversos Parlamentares, mas não podemos esconder os avanços que tivemos aqui na Casa.

Esperamos que essa campanha, como eu ouvi hoje o Presidente da OAB do Brasil e também do Paraná dizer que isso deve avançar pelo Brasil afora, para outros Estados e também para o Governo Federal, que não limite-se, única e exclusivamente, ao Paraná e à Assembleia Legislativa, mas que também se aplique aos outros Poderes e órgãos públicos do nosso Estado.

Os avanços que tivemos são muitos e devemos isso à atual Mesa, aos Deputados Nelson e Alexandre, que pagam hoje um preço muito caro pelo fato de terem herdado algo, que já vem de décadas, aqui na Assembleia Legislativa. Mas alguém tem que fazer, dar o pontapé inicial. Quem começou a modernizar, a informatizar e criar o Portal da Transparência foi exatamente esta legislatura, como sempre muito bem disse o nosso Presidente, com a participação de todos os Parlamentares.

Esperamos que tudo o que tem acontecido, nunca mais volte a acontecer, nem nesta Casa e nem em outro órgão ou Poder nem no Paraná, nos Municípios ou nas Câmaras e no Congresso Nacional.

Vi a imprensa noticiar que não se lembra das denúncias que houve no ano passado sobre o Senado da República e também da contratação de funcionários e de repente, tudo esmoreceu e se calou. Hoje, todos os jornais, inclusive aquele grupo que faz as reportagens duras contra a Casa, têm noticiado que o Senado vai contratar mais de 1 mil funcionários terceirizados, agora, após as denúncias elencadas no ano passado. Esperamos que todos esses órgãos, todas as empresas e entidades, não do Paraná, mas do Brasil, que tenham ligação exatamente com essas mesmas entidades, que também peçam que isso seja investigado, como a Assembleia está sendo.

Eu vim a esta tribuna para apenas fazer uma referência sobre o dia de hoje.

Falar sobre a Audiência Pública que tivemos na quarta-feira, quando a Sessão Ordinária foi transformada em Audiência Pública, com a presença de diversos Parlamentares e transmitida pela TV SINAL para o Paraná

inteiro, para que as pessoas pudessem acompanhar. Nessa Audiência Pública fiz um questionamento, que vi pouca repercussão sobre os números que levantamos. Foi um trabalho árduo, que custou dias e dias, semanas, para a nossa assessoria de Oposição, e é para isso que ela existe dentro da Liderança da Oposição e das bancadas.

Foi levantado, ano após ano, o trabalho que foi realizado, os recursos que foram repassados e não deu repercussão nenhuma. Perguntei aqui - e espero que a Secretaria da Fazenda nos traga a resposta - indaguei o Secretário da Fazenda Pública e toda a comissão. Eu disse que o Governo do Estado, 2003 a 2009, havia repassado para as ONGs, OSCIPs e entidades de utilidade pública, R\$ 1 bilhão e 56 milhões. Enquanto que os 399 Municípios receberam 707 milhões, a fundo perdido. As ONGs receberam R\$ 1 bilhão e 56 milhões, de 2003 a 2009. Eu disse para o Secretário que nessas ONGs estão as APAEs, da Pestalozis, e pedimos que a Secretaria da Fazenda nos informasse o que representa esse R\$ 1 bilhão e 56 milhões que o Governo do Estado repassou para as ONGs.

Em sete anos, ou em seis anos e pouco, o que representa o dinheiro repassado para as APAEs e Pestalozis, o que representa o dinheiro repassado para as APAEs? O que representa o dinheiro para as entidades públicas? Quais as ONGs que foram beneficiadas? Isso nós relatamos aqui, na quarta-feira da semana passada. Mostramos isso. E são os números que a nossa assessoria tem levantado. Nós mostramos isso. E são os números que a nossa assessoria tem levantado. Nós mostramos, como denunciemos aqui desta tribuna, o Deputado Reni Pereira foi o primeiro a falar lá na CCJ, e eu aqui na tribuna, disse que a receita do Estado tinha aumentado e que a folha de pagamento do mês de maio tinha sido rodada sem o aumento de 5%. E disse naquela ocasião que esperávamos a Audiência Pública para ver os números, se o Estado havia arrecadado mais ou menos em relação ao ano passado.

Quero me tornar repetitivo e tenho que ser, Deputado Nelson Justus, porque ano passado, de janeiro a abril, o Governo do Estado arrecadou 5 bilhões, 963 milhões. Este ano, de janeiro a abril, arrecadou R\$ 6 bilhões, 766 milhões, representando 13,47% a mais. E falávamos antes de conhecer esses números, pedindo que se caso houvesse aumento na receita, que o Governo fizesse uma folha complementar em relação a maio e desse o reajuste para os funcionários públicos. Mês de maio foi pago sem o reajuste. Mas vamos continuar cobrando aqui. E a informação que temos é que o Governo, agora, parece que vai no mês de junho pagar os 5%, retroativo também ao mês de maio.

Isso mostra mais uma vez que nós, Deputados da Bancada da Oposição, não levantamos números ao bel-prazer, mas são números que condizem com a realidade. E queremos que isso seja cumprido, porque a lei que aprovamos no mês de março dizia que o aumento seria implantado de acordo com a disponibilidade econômica e

financeira do Governo do Estado. E para mim, a disponibilidade econômica e financeira, quando há um crescimento de 13,47% e a inflação chega a algo em torno de 5%, então, não há motivo nenhum de não ter implantado os 5% de aumento. Mas espero, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que presidiu essa Sessão pública, que a Secretaria da Fazenda nos informe, como acordado na Sessão, quais as ONGs que receberam esse R\$ 1 bilhão e 56 milhões, de 2003 até 2009.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Reni Pereira, na qualidade de Líder do Bloco PSB/PRB/PV, constante do expediente, informando em nome dos partidos PSB/PRB e PV, que colocam a disposição o cargo ocupado na 5ª Secretaria pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, por estarem absolutamente favoráveis a transparência pelos Atos praticados pela Assembleia. **Recebido. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 111/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que adote providências para a revitalização do Parque Municipal Robson Daciuk Paitach, localizado no Colégio Estadual Unidade Polo de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 112/10, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a doação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Mandirituba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 113/10, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de um Hospital Regional na Cidade de Umuarama. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/10, constitui a Ferrovia de Integração do Sul - FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. NA FORMA DA SUBEMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em discussão. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pede o Sr. Governador do Estado que esta Casa aprecie a criação da FERROSUL, uma empresa pública aberta a ideia redentora para os transportes públicos do Sul do Brasil, capaz de integrar a malha ferroviária do Mato Grosso, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Uma empresa pública para resistir a velha teoria brasileira de que um País se faz apenas de estradas de rodagem, pavimentadas com asfalto betuminoso, de preferência de petróleo importado por onde vão rodar pneumáticos feitos com borracha também importada.

Por um tempo parece que colocaram na cabeça dos brasileiros uma espécie de capacete que os impedissem de entender a importância estratégica das grandes ferrovias.

Foi-se o tempo da abertura da ferrovia São Paulo/Rio Grande, em consórcio com a Madeireira Lamber Corporation. Como a concessão brasileira dizia que se faria a ferrovia com o traçado dando o direito de 50 quilômetros de cada lado, para a derrubada dos pinhais ou para a derrubada da mata nativa com os bosques de imbuia, de mogno, num determinado momento a ferrovia, ao invés de seguir as diretrizes de talvegue, o vale

dos rios, seguir a correta diretriz da boa engenharia, ia procurar o bosque de imbuia, o bosque do mogno, o bosque de pinho, por isso talvez tantas curvas façam os trens no interior do Brasil.

Ao propor a criação da FERROSUL o Governador Orlando Pessuti já inspirado por ato de planejamento que era caro ao pensamento do Governador Roberto Requião e, sobremaneira, dentro da diretriz do nosso valoroso e combativo diretor da FERROESTE o Samuel Gomes, ele propõe um instrumento estratégico para o desenvolvimento do Sul do Brasil.

Ao votarmos este projeto os que somos Deputados no Paraná neste momento, damos ao nosso Governador a condição de chamar o Governador do Mato Grosso, o Governador de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e começar a fundar um processo de prosperidade econômica que um dia pode nos levar a sonhar, inclusive, num trem de São Paulo a Buenos Aires, passando por Curitiba e por Foz do Iguaçu e de lá até a grande Cidade do Sul.

Nós, brasileiros, paranaenses, catarinenses, gaúchos e mato-grossenses, ao vermos a qualidade da FERROESTE, derramando milhares de granéis de soja, de trigo no porto de Paranaguá, eliminando com isso filas de caminhões que andariam pelas estradas, por certo movendo a economia, mas causando grave transtorno, podemos antever a grandeza da FERROSUL. Por muito tempo as bitolas das estradas foram também diferentes em vários lugares do Brasil - num lugar bitola larga, noutro lugar bitola estreita, exatamente para que o trem não seguisse.

Tenho informação de que na Cidade industrial de Araucária uma empresa de capital nacional, com tecnologia italiana e norte-americana, a empresa é ligada a família Stolfa, radicada aqui no Paraná há anos, já pode fabricar bitolas que se alargam ou se estreitam. Nós em Curitiba, já temos uma indústria ferroviária à altura de atender às necessidades da FERROSUL. O trem é prosperidade, o Paraná que é a terra da primeira obra feita por braços de homens livres que é a ferrovia Curitiba-Paranaguá, pode e deve ser a terra e ponto de partida da FERROSUL!

Antevejo a alegria do meu pai, o engenheiro Eurico Dacht de Macedo, se vivo fosse, com seu grande sonho de ver essa ferrovia realizada. Confesso aos que me veem pela televisão e aos que estão no plenário, que meu pai deixou um manuscrito das ferrovias que o Brasil e o Paraná precisam. Um livro que eu ainda não mexi pela emoção de tê-lo perdido, já faz dois anos que ele partiu, mas me dá muita vontade de publicá-lo agora e com certeza neste livro que ainda não li no original, meu pai fala da grandeza do sonho de uma integração ferroviária. Aliás foi sonhada pelos engenheiros Rebouças num documento chamado, Rumo ao Canendíu, um texto escrito em 1880 quando André e Antônio Rebouças vieram aqui plantar as bases do projeto da ferrovia Curitiba-Paranaguá. Esses grandes brasileiros, já falavam num estrada de ferro que avançasse para além de Ponta Grossa

para o sertão do Paraná e entrasse no Canendiu dos índios guarani em direção ao Mato Grosso.

A ideia de um FERROSUL é uma ideia que dignifica essa Assembleia, nesse momento! Os paranaenses todos devem fechar em torno dessa ideia e aí se afirmará também o sonho de um outro poeta paranaense que dizia, não com prepotência, mas muito amor que o Sul começa em Curitiba!

Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, agradeço a palavra que V. Exa. me concede e digo o seguinte: após a defesa e o encaminhamento do Deputado Rafael Greca todos imaginamos o quanto é bom saber das coisas do nosso Paraná. O Deputado Rafael Greca nos pronunciamentos que faz, não apenas sobre um tema como este, mas enfim nos temas que ele discute sempre agrega conhecimento e cultura para todos nós!

Então, quero dizer que ao sucedê-lo aqui quero apenas fazer um registro: talvez seja esta uma das votações mais importantes desta Casa neste ano! Tive a oportunidade e a convite do Dr. Samuel Gomes dos Santos com quem reparti a condição de morar na Casa o Estudante Luterano Universitário, aqui em Curitiba, a convite dele participei da primeira reunião, ocorrida em Chapecó, sobre a FERROSUL, cuja ideia de unir a nossa FERROESTE à Ferrovia do Frango da Região Oeste catarinense pode levar, como disse o Deputado Rafael Greca, a termos uma integração num outro modal de transporte que certamente vai e muito ajudar o desenvolvimento do Sul do Brasil como um todo.

Quero dizer que participei do início desta discussão, estivemos posteriormente no Palácio Iguaçu quando ainda era Governador o Governador Requião. Participei também em Brasília junto ao Ministro Paulo Bernardo, foi feita uma comissão de Deputados do Sul do Brasil, tive a oportunidade de representar esta Casa junto a Deputada Luciana e tantos outros Parlamentares.

Trabalhamos juntos nessa proposta e vejo que hoje o Governador Pessuti envia a esta Casa um projeto para constituir a Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL, que hoje pode como muitos dizem ser um sonho, mas que certamente poderemos trabalhar com todos os cidadãos do nosso Brasil, especialmente do Sul do Brasil para que isso seja uma realidade. Temos condição para isso, temos produção para isso, temos uma condição também de um traçado histórico das nossas ferrovias, que foi colocada aqui, como disse o Deputado Rafael Greca, que nos dá essa condição para trabalhar para que tenhamos quem sabe um dia a execução deste projeto, que certamente será muito importante para o nosso País, especialmente para o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Sr. Deputado Scanavaca.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT)

Queria concordar com o Deputado Rafael Greca. E foi por isso que propus a emenda de que autorizaria a FERROSUL a já fazer o projeto no Noroeste do Paraná ligando Cianorte a Guairá passando por Umuarama. Em 1948 o Paraná já tinha esse projeto dessa extensão da ferrovia até Guairá e, toda a área já está desapropriada desde 1948 e foi uma pena que os Governos esqueceram da ferrovia no Paraná e que o Noroeste do Paraná com certeza seria muito mais desenvolvido se tivéssemos a ferrovia até Guairá. Por isso, essa emenda que fiz propondo a autorização para que a FERROSUL, já tenha autorização para fazer o trecho de Cianorte a Guairá passando por Umuarama. Gostaria de pedir o apoio de todos os Deputados para que aprovassem a emenda que diz neste projeto da FERROSUL.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch para encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Há muito já falamos aqui na Casa sobre a FERROESTE. Aliás a FERROESTE é tão esperada. A nossa Região Oeste é uma das regiões que mais produz no Estado do Paraná e que tem contribuído muito para o desenvolvimento econômico do nosso País, principalmente no agronegócio. O transporte mais caro que temos é o transporte rodoviário, depois vem o ferroviário e depois vem o transporte através da hidrovia.

O transporte mais caro sendo o ferroviário, demorou muito para que o Oeste do Paraná pudesse estar interligado com uma ferrovia, como outras regiões do nosso Estado já estão. Muitos Governadores passaram e o início disso na verdade aconteceu no tempo do Governo Álvaro Dias, quando foi constituído a FERROESTE, num primeiro momento com a participação das cooperativas, da iniciativa privada. Depois o Governador Requião em 91/92 buscou o exército como parceiro para construir essa ferrovia. O Governador Jaime Lerner deu continuidade e concluiu e estão modernizando cada vez mais. Mas, o que lamentamos é que depois neste segundo mandato do Governador Requião e - no segundo mandato quero emendar os oito anos nada mais se fez em termos da ferrovia. Sabemos que é necessário.

Quando viajamos, tenho feito viagem oficial - uma vez com o Governador do Estado junto com outros técnicos visitando alguns Países onde é que existe o transporte interligado através do porto intermodal, ou seja ferroviário, rodoviário e a hidrovia - então as pessoas lá da Europa perguntaram: "Mas não conseguimos entender o

Brasil que tem plenas condições de fazer o transporte através dos seus rios, tem plenas condições de fazer o transporte até com custo baixo, o custo ferroviário e usa o transporte mais caro, que é o transporte rodoviário.”

Lógico, esse projeto, não sou especialistas na área de transporte e muito menos especialistas na área ferroviária, mas quero dizer que muito se falou nesses últimos anos, Deputado Douglas Fabrício, em termos de FERROESTE de avançar para o Mato Grosso, interligar o Paraguai, interligar o Chile, interligar o Atlântico, o Pacífico. Fazer com que o transporte possa facilitar os importadores, os exportadores via porto de Paranaguá. Tenho me manifestado aqui também já.

Lógico, é importante, Deputado Scanavaca, V. Exa. tem defendido isso com muita propriedade, também, a construção de novas ferrovias. Agora, não podemos deixar passar em branco, não podemos deixar de dizer para a comunidade do Paraná e para os nossos Parlamentares aqui, que lamentavelmente, nos sete anos não se fez mais nada, em termos de ferrovia, só discursos. Ações agora a constituição de uma empresa. Quando é que vai acontecer isso? Lá no ano sei quando. As brigas que tivemos recente agora, do ex-Governador Roberto Requião, com o Ministro de Planejamento Paulo Bernardo, quando o Governo Federal disse que tinha recursos disponíveis para a construção do contorno de ferrovia da nossa Capital, aqui em Curitiba. Quando ele disse, o Paulo Bernardo, tinha recursos disponíveis também do Governo Federal para que construísse o novo ramal, para que desafogasse efetivamente os estrangulamentos que existe na ferrovia, aí na região de Guarapuava que vem para Curitiba, construir um ramal ligando com Guarapuava até Irati. Tudo isso é necessário que as forças políticas se unam para que possamos trazer sim, a infraestrutura necessária para que o nosso Estado possa se desenvolver cada vez mais.

Mas, esse projeto vem agora no final de Governo, quem vai fazer isso, quem vai implantar isso são os próximos dos próximos, dos próximos, mas alguém tem que dar o pontapé inicial.

Se estamos autorizando o Governo do Estado a participar da constituição dessa empresa interligando os nossos Estados do Sul. Como nós já temos aprovados os recursos para o CODESUL na formação do seu patrimônio também tem objetivo para desenvolver economicamente os Estados do Sul.

Importante que tenhamos essa visão também. Não a visão como uma histórica e brilhante como fez o Deputado Rafael Greca pela sua própria vocação, conhece o Paraná na palma da sua mão. Mas fizemos a defesa dentro do nosso conhecimento. Infelizmente nos últimos oito anos em termos de FERROESTE não se fez nada, apenas discurso.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Sr. Presidente, só para registrar a posição minha pessoal, do nosso Partido Democratas a favor desse pro-

jeto. Se nós analisamos os Estados Unidos, um dos maiores Países de extensão territorial do planeta, teve a sua economia baseada no transporte ferroviário. Enquanto o nosso grande Brasil tem a sua economia aliada no transporte rodoviário.

Então, da importância que tem a ferrovia para um País, em especial, para um País rico como o nosso Brasil, com a extensão territorial que tem é de sua importância nos apoiarmos todo o projeto que possa vir para fazer com que as ferrovias possam ser integradas, aumentadas, ampliadas, para que possamos ter um transporte mais barato ajudando a economia do nosso País.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Já estive em agendas em São Paulo, tratando da logística de transporte aéreo. Estive em Brasília, também, junto com Prefeitos em todo o Oeste do Paraná, que tem o Pactoeste que discute os modais de transporte que envolve o setor rodoviário, ferroviário, hidroviário, aéreo e dutoviário. Esse planejamento que existe nesses quatro Estados, nós somos o último Estado a estar votando essa lei. Já faz parte de um programa federal de construção de ferrovias no País e certamente o planejamento PPA do Governo do Estado, o PPA da União Federal vai contemplar, nós vamos ter trilhos de trem consolidados no Paraná e certamente isso será um grande avanço para todo o Estado do Paraná.

Esse projeto é muito bem-vindo e ganhamos com isso!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Me pronuncio porque aqui na Assembleia Legislativa aprovamos um Projeto de Lei nº 003/10, criando o CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Sul. Deixando o Poder Executivo autorizado a instituir uma Companhia de Desenvolvimento sobre a forma de sociedade anônima de capital fechado.

Nesse projeto já está prevista na emenda do projeto feita pelos nobres Parlamentares a constituição da FERROSUL.

A questão que coloco aqui para que a Mesa me passe a informação é que esse projeto foi aprovado por unanimidade no dia 05 de maio na Assembleia e foi para sanção do Governador Orlando Pessuti.

Segundo a Constituição do Estado do Paraná no artigo nº 71, o Governador tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar o projeto. O projeto da CODESUL foi aprovado e já prevê a FERROSUL.

Como já passou o prazo legal, segundo o parágrafo 2º e parágrafo 3º o silêncio do Governador importará em sanção do projeto.

Gostaria de deixar registrado o questionamento à Mesa e a Assembleia Legislativa sobre a sanção do Projeto nº 003 da CODESUL que também prevê na sua emenda a criação da FERROSUL. Claro que vou votar favoravelmente porque é um projeto também análogo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero crer que este projeto seja autorizatório e essa é uma mensagem do Governo portanto, foi amplamente discutida e também participei do encontro em Florianópolis onde se discutiu isso e agora sim, vem uma mensagem do Governo que conforme todos nós Deputados aqui e ninguém vai ser naturalmente contra é altamente meritório e vamos torcer para que isso ocorra não só no Paraná, mas para todo o Sul do Brasil é algo extraordinário.

Coloco em votação. Há emenda aprovada em 2ª discussão os Deputados que aprovam a emenda permanecem como estão. Em votação o projeto os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado!**

2ª Discussão**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/10, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública a Liga de Futebol de Goioerê (LFG), com sede e foro no Município de Goioerê. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/10, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de utilidade pública a Associação dos Doadores de Sangue de Palotina (ADOSP), com sede e foro no Município de Palotina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Aprovada a emenda.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Mannain, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/10, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Amigos da Educação e Cultura Norte do Paraná - AMEN, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 043/10, de 04/05/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 202/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo declarar de utili-

dade pública a Associação dos Amigos da Educação e Cultura Norte do Paraná - AMEN, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 01/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Músicos do Oeste do Paraná - AMO, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 054/10, de 25/05/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Músicos do Oeste do Paraná - AMO, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somo de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 01/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1845, 1871 a

1875, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1877, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1863, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1844, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1847, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1850, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1854 e 1855, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1858, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1859, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1860, de autoria do Deputado Elton Welter com apoio dos Deputados Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Enio Verri e Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1861 e 1862, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1865 a 1868, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1869, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1870, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas gostaria, se fosse possível, no dia de amanhã, que a Mesa pudesse nos informar, se V. Exa. já fez a solicitação para que o Diretor da Assembleia responsável pela parte administrativa, para que o Diretor da Assembleia responsável pela parte administrativa, para que indicássemos, o partido indicasse os representantes para a PEC poder tramitar. Para que possamos fazer a reunião com o Dr. Severo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acho que todos os partidos já indicaram. Só falta o PMDB, preciso do Líder do PMDB para indicar. O único

partido que não indicou. Todos os outros indicaram. Até vou sugerir a V. Exa. que me lembre amanhã, para que o Deputado Waldyr Pugliesi indique.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 172 e 236/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 202 e 238/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 586/09 e 176/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extratos

OFÍCIO Nº 076/10

Curitiba, 01/06/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o Extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 01/06/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 344/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 127/10 - Parecer favorável à

Emenda de Plenário

- Projeto de Lei nº 172/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 202/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 205/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 230/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 236/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 238/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 058/10 - Parecer contrário

